

Capítulo 7

Em defesa da “maioridade” popular e da legalidade democrática: eleições de 1960 e a solução parlamentarista de 1961

Após a crise que se instalou com a eleição de Juscelino Kubitschek e João Goulart para a presidência e vice-presidência da República, culminada na intervenção militar que garantira a posse de ambos, a sociedade brasileira vivenciou um momento de afirmação dos princípios e valores do regime democrático. O debate acerca da consolidação das instituições democráticas não só caminhou lado a lado com o crescente aumento das demandas populares por uma série de reformulações estruturais no ambiente político e social nacional, como também se manteve articulado à polarização ideológica e às tensões inerentes ao ambiente da guerra fria. Estas seriam novamente sentidas de forma mais intensa na América Latina a partir do sucesso da experiência revolucionária em Cuba, em 1959, já no final do período de governo de Kubitschek.

Em meio a este cenário, a valorização da participação popular e o reconhecimento de seu papel, ao menos no campo eleitoral, permearam amplos setores da sociedade e os grupos em disputa no ambiente político que, em busca de cooptar apoios, não mais questionavam o valor da democracia brasileira e da legalidade constitucional. A despeito da força do argumento anticomunista, as posições assumidas somente pareciam ganhar respaldo popular ao se vincular à defesa do regime democrática e da lei, ainda que para isto lhes atribuíssem distintos sentidos.

Para dar conta deste ambiente, este capítulo se divide em três momentos. Na sua primeira parte, concentrando-se basicamente no debate historiográfico, procura-se apontar para a ampliação das liberdades democráticas e o reforço do debate político ideológico ocorrido ao longo do governo de Juscelino, que, além de contribuir para a consolidação das instituições democráticas, incorporou, em definitivo, um conjunto de novas temáticas ao centro das discussões políticas nacionais. Em um segundo momento, a partir dos debates presentes nos editoriais da imprensa, a análise recai sobre o ambiente político às vésperas das eleições de 1960. Naquele momento, em busca da vitória eleitoral, ambos os grupos

ressaltaram a maioria do povo brasileiro, procurando incorporar a seus discursos um conjunto de transformações que seriam fundamentais para o fortalecimento do regime democrático, ainda que se mantivessem os sentidos e significações distintas acerca deste mesmo regime. Ao contrário do que ocorrera em 1955, a validade das eleições e o resultado do pleito sofreriam poucas contestações. Contudo, a tentativa de associar diferentes projetos em um mesmo programa, na prática conduziria a um governo cuja construção de sua base de apoio no Congresso e na própria sociedade em pouco tempo se mostrou inviável. Enfocando os conflituosos acontecimentos que se seguiram, a terceira parte se concentrará no episódio da renúncia do presidente Jânio Quadros e o consequente veto dos ministros militares à posse do vice-presidente João Goulart, cujo desfecho foi uma solução que alterou a estrutura do regime para um modelo parlamentarista. Negociada pelo Congresso, a solução de compromisso se propunha a serenar os ânimos, exaltados a partir da intensa radicalização e mobilização popular em prol da posse que se seguiu ao veto. Em meio aos intensos debates que se seguiram em um curto espaço de 12 dias, a defesa do argumento da legalidade democrática assumiu o primeiro plano nos debates em busca de apoios contra ou a favor da posse. Assim como ocorrera durante a crise em torno da posse de Juscelino Kubitschek, ambos os lados em disputa buscaram invocar a legalidade de seus atos e a sua posição em defesa da democracia e dos desejos do povo brasileiro a partir de seus entendimentos particulares. A centralidade da questão da legalidade se revelou de tal forma que até mesmo o argumento anticomunista seria analisado sobre este prisma. Da mesma forma, a intensa participação popular também já apontava para novos entendimentos acerca da ideia de democracia.

7.1 – O governo de Juscelino Kubitschek e a afirmação da democracia

Quando o Brasil se preparava para as eleições de 1960, o cenário político era bem diferente do que das eleições presidenciais anteriores. Como vimos, após um tenso processo eleitoral que culminou com uma intervenção político-militar que visava garantir sua posse em nome da legalidade, Juscelino Kubitschek foi diplomado presidente da República em 31 de janeiro de 1956, após um período de

dois meses e meio em que o país foi governado provisoriamente por Nereu Ramos sob a proteção de um estado de sítio. Embora ainda tenha enfrentado alguma tensão com os militares logo no início de seu governo⁸⁸³, a manutenção do general Lott, com o apoio da corrente legalista do Exército e a nomeação de militares para cargos chave na administração de setores estratégicos e empresas estatais como a Petrobrás contribuíram para que o presidente conseguisse reduzir o impacto das divisões no interior das Forças Armadas expressas de forma marcante em sua eleição⁸⁸⁴. Em um país em que o processo de urbanização se acentuava vertiginosamente⁸⁸⁵, as demandas “trabalhadoras” e o papel dos sindicatos também ganharam grande impulso. Neste sentido, a permanente atuação do vice-presidente João Goulart, ex-ministro do trabalho no governo de Vargas, foi de grande relevância para as negociações dos conflitos que surgiram entre lideranças sindicais e governo, mantidas ao longo de todo o período de governo dentro das normas democráticas estabelecidas pela Constituição⁸⁸⁶. Em verdade,

⁸⁸³ Logo após a posse do presidente, no dia 10 de fevereiro de 1956, oficiais da Aeronáutica saíram do Rio de Janeiro em um avião militar sem autorização e instalaram-se na base aérea de Jacareacanga, no Pará. Em discordância com a nomeação do brigadeiro Vasco Alves Seco para o Ministério da Aeronáutica e temendo possíveis represálias dos setores “legalistas”, iniciaram uma rebelião que, em última instância, visava cooptar apoios para a derrubada do governo. Embora tenha recebido pouca adesão, a rebelião rapidamente conseguiu controlar algumas cidades próximas e sua repressão foi dificultada pela resistência entre os demais oficiais da aeronáutica em atuar contra os rebelados. A situação somente foi controlada 19 dias após o início da insurgência com a prisão do major Haroldo Veloso, então líder dos rebeldes. Ainda assim, é importante frisar que em nome da manutenção da unidade das Forças Armadas o presidente solicitaria ao Congresso uma anistia ampla e irrestrita a todos os militares que participaram de “atos revolucionários” desde novembro de 1955 até então, liberando assim os revoltosos. Sergio Lamarão, *Revolta de Jacareacanga*. In: Alzira Alves de Abreu, Israel Beloch, Fernando Lattman-Weltman, e Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão (coordenação). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; CPDOC, 2001, volume III, p. 2826-2827.

⁸⁸⁴ Apesar de o governo ter conseguido manter uma relativa tranquilidade no meio militar, é importante ressaltar que as tensões permaneceram latentes. A chamada corrente “antinacionalista” manifestou sua indignação com a condução de Lott em algumas ocasiões. No lançamento da “frente de novembro”, em 1956, quando foi preparada uma homenagem ao ministro pelo movimento popular nacionalista, o mesmo foi acusado de dar uma orientação política à instituição. Em 1958, mais uma vez se evidenciou o crescente radicalismo na Aeronáutica e na Marinha com o discurso de despedida do Almirante Penna Boto, líder da cruzada anticomunista e figura protagonista dos episódios de 1955 e na carta aberta dos oficiais da Aeronáutica contra a acumulação da pasta da força pelo ministro da Guerra. A isto se soma ainda mais uma revolta na aeronáutica, ocorrida em dezembro de 1959, em Aragarças, rapidamente debelada pelas forças legais. Seus líderes acusavam o governo de corrupção e associação ao comunismo internacional. Ver. João Roberto Martins Filho. *Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe*. In: Jorge Ferreira e Lucília Neves Delgado (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, Volume III, p. 120.

⁸⁸⁵ Cf cap. 6, p. 357, nota 798.

⁸⁸⁶ A atuação do vice-presidente acabou por resguardar o presidente dos naturais desgastes provenientes das inúmeras negociações e conflitos inerentes a um setor em que tinha pouca experiência. Por outro lado, a postura aberta ao diálogo levou o vice-presidente a ser identificado com uma figura de esquerda ligado aos comunistas, que ao fim e ao cabo atuava como um

independentemente da capacidade de negociação de conflitos por parte do governo, o ambiente de maior liberdade e participação revelava a crescente consolidação dos preceitos e instituições do regime democrático brasileiro. Não é de menor importância que, a despeito da permanente agitação na oposição parlamentar⁸⁸⁷, Juscelino seria o primeiro presidente civil, pós-45, a conseguir concluir seu mandato dentro dos prazos determinados pela Constituição, com seu período passando à história como exemplar de estabilidade democrática⁸⁸⁸.

O ambiente de liberdade de expressão proveniente dos esforços do governo em promover uma distensão política que reduzisse as tensões evidenciadas no momento de seu estabelecimento também se refletiu na atuação política do Partido Comunista, que, mesmo ilegal, mantinha forte presença no movimento sindical. Naquele momento, influenciado pela reestruturação do movimento comunista soviético⁸⁸⁹, o partido sofrera uma série de revisões e cisões. Na imprensa vinculada ao PCB, a crescente adoção de uma linha reformista, crítica ao stalinismo, independentemente das orientações do comitê central, culminou com o fechamento da *Imprensa Popular* e o enfraquecimento e posterior saída de circulação da *Voz Operária*. Contudo, após 1958, o PCB voltaria a se estruturar, assumindo uma linha de ação mais definida⁸⁹⁰. Orientada a partir da “Declaração de março de 1958”, a “nova política” propunha a “revolução

“fomentador de greves”. Ângela Castro Gomes e Jorge Ferreira. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 113. Para uma análise sobre o papel proeminente assumido por João Goulart nas negociações entre governo e trabalhadores já durante o segundo governo de Vargas, ver, Ângela Castro Gomes. *Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores?* In: Marieta de Moraes Ferreira. *João Goulart; entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 31-56.

⁸⁸⁷ Embora nos últimos anos de governo a direção da UDN tivesse buscado algum entendimento com o governo para a aprovação de medidas, fundamentalmente a partir da atuação de seu presidente, Juracy Magalhães, ao longo de todo o governo de Kubitschek diversos setores do principal partido de oposição no Congresso insistiram em uma estratégia obstrucionista, dificultando a aprovação de projetos e emendas. Além disto, por intermédio de setores da imprensa, fomentaram permanentemente inúmeras denúncias de favorecimento e corrupção contra o governo. Sobre a postura do partido ao longo do governo JK ver, Maria Victória Benevides. *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 99-107.

⁸⁸⁸ César Guimarães. Vargas e Kubitschek: A longa distancia entre a Petrobrás e Brasília. In: Maria Alice R. de Carvalho; Renato Lessa. *República no Catete*. Museu da República: Rio de Janeiro, 2001, p. 168.

⁸⁸⁹ Como já se apontou, em 1956, Khrushchev denunciou os crimes cometidos durante o período stalinista, o que gerou uma crise no movimento comunista. Contudo, a posterior reorganização dos partidos, somada a episódios como a revolução cubana, contribuiria para o avanço dos movimentos de esquerda em toda a América Latina. Particularmente no Brasil, o impacto destas mudanças repercutiria na expansão das ligas camponesas e de diversas organizações operárias com tendência à esquerda.

⁸⁹⁰ Rodrigo Patto Sá Motta, *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002, p. 231-233

brasileira” pela via pacífica, democrática, constitucional e legal, incorporando a perspectiva “etapista”, que permitia uma aliança estratégica com a burguesia em uma Frente Única em prol da superação das principais contradições de momento que opunham a nação ao imperialismo e aos “entreguistas”, e o desenvolvimento das forças produtivas ao atraso das relações “semifeudais” que dominavam o campo brasileiro. Desta forma, a solução da contradição fundamental entre proletariado e burguesia era lançada a um momento posterior. Além disto, a Frente incorporaria demandas como: ampliação das liberdades democráticas e consequente legalização do partido; reforma agrária; adoção de uma política externa independente e gestão dos recursos naturais sob o ponto de vista nacionalista, entre outras⁸⁹¹. Esta mudança de orientação, então repercutida no jornal *Novos Rumos*, permitiu uma inserção crescente do partido na vida política nacional expressa, por exemplo, na aliança com os trabalhistas em disputas nas organizações sindicais. Atuando “à luz do dia”, sob uma “legalidade de fato” o partido desempenharia um papel relevante no curso dos acontecimentos até o golpe de 1964⁸⁹².

A reorientação do Partido Comunista também foi influenciada pelo sucesso do projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. O documento de 1958 já reconhecia que o irreversível desenvolvimento do capitalismo no país, que, por conseguinte, acentuava suas contradições, indicava a possibilidade de luta pela via democrática. O governo colocara em prática seu bem-sucedido *Plano de Metas*, intitulado *50 anos em 5*. Em um projeto com pretensões ousadas, que envolveram inclusive a transferência da capital federal para Brasília, uma cidade construída a partir da estaca zero, o plano governamental conseguiu impulsionar o crescimento industrial e promover uma explosão do consumo. Por outro lado, ao se basear na emissão de papel-moeda e no incentivo à instalação de multinacionais no país, a política econômica de Juscelino gerou significativo aumento inflacionário⁸⁹³.

⁸⁹¹ Para uma descrição detalhada dos pontos fundamentais da “Declaração sobre a política do PCB”, publicada pela primeira vez na edição do dia 22/03/1958, do jornal a *Voz Operária*, ver. José Antonio Segatto. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, p. 79-81.

⁸⁹² José Antonio Segatto. PCB: a questão nacional e a democracia. In: Jorge Ferreira e Lucília Neves Delgado (Orgs.), op. cit., p. 233.

⁸⁹³ Ver, Vânia Maria Losada Moreira. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento Rural. In: Jorge Ferreira e Lucília Neves Delgado (Orgs.). Op. cit., p. 159-161.

Desde o início de sua campanha rumo à presidência, o discurso juscelinista apostava no investimento estatal em setores básicos e na gestão dos recursos naturais sob o ponto de vista nacionalista. Entretanto, em nenhum momento se mostrou avesso à entrada de capitais estrangeiros no país. Naquele momento, o desenvolvimento industrial já era apontado como o único caminho viável para o crescimento da nação, diferindo apenas a forma como este se daria⁸⁹⁴. Juscelino incorporava um nacionalismo que entendia as restrições ao capital externo como produto da ignorância. Para além de ser tolerada, a participação estrangeira deveria ser estimulada. Como já se apontou, o debate entre nacionalistas “jacobinos” e “entreguistas”, assim pejorativamente nomeados por seus opostos em disputa, permeou boa parte dos anos cinquenta. Organizado em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)⁸⁹⁵, um conjunto de intelectuais plural, mas que se propunha não somente a estudar os problemas fundamentais brasileiros, como a servir de instrumento para uma eficaz na política brasileira, debruçara-se sobre a temática do nacionalismo enquanto fator crucial de mobilização e coesão política interna para um projeto de desenvolvimento nacional. Em um artigo publicado na revista *Cadernos de Nosso Tempo*, Hermes Lima afirmou que o “nacionalismo verdadeiro nada tem de jacobino, não se arreceia da colaboração estrangeira. Não implica de modo algum em posição

⁸⁹⁴ Naquele momento, mesmo teóricos como Eugenio Gudín, então colunista do *Correio da Manhã*, abandonavam o discurso em favor das vantagens comparativas. Tal como evidencia César Guimarães, o antigo defensor da “vocação agrícola” convertera-se   industrializa o desde que seu fomento implicasse na forte presença de capital externo. Op. cit. p. 167. Cf. Cap. 5. p. 339-340

⁸⁹⁵ O instituto foi fundado em 1955, vinculado ao Ministério da Educa o e Cultura após decisiva atua o de intelectuais como An sio Teixeira. Estruturado com recursos federais nem sempre frequentes, o ISEB contava com um conselho curador formado por oito membros designados pelo MEC e com cinco departamentos fixos que eram responsáveis pela elabora o de conferências, pesquisas internas e forma o de quadros e cursos regulares destinados aos mais variados setores da sociedade. Em verdade, o ISEB foi, de fato, um desdobramento do Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos (IBESP),  rgo que desde 1952 reunia intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo em debates sobre a conjuntura político-econômica do Brasil. Os resultados dos diversos seminários e estudos promovidos por este instituto eram divulgados na revista *Cadernos de Nosso Tempo*, que circulou entre 1952 e 1956. Para uma análise detalhada sobre o instituto e a atua o de seus intelectuais, ver, Caio Navarro de Toledo. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo:  tica, 1977 e Vanilda Paiva. *Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: civiliza o brasileira, 1980; Daniel Pecault. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo:  tica, 1990 e Alzira Alves de Abreu. Instituto superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: Jorge Ferreira e Daniel Aarão reis (Org.). *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964)*. Rio de Janeiro: Civiliza o brasileira, 2007, v.2, p. 402-432. Para a articula o entre as propostas de seus intelectuais e o processo de ressignifica o das linguagens políticas de então, ver ainda. Mario  ngelo Miranda. O Iseb seus intelectuais e a linguagem política dos anos 1950 no Brasil. In: *Revista Eletr nica Boletim do TEMPO*, Ano 5, N 29, Rio, 2010.

isolacionista”⁸⁹⁶. Alguns anos depois, Hélio Jaguaribe, outro proeminente membro do instituto, formularia uma interpretação do nacionalismo “em termos científicos”, tentando desvincular suas características ideológicas específicas de qualquer grupo ou orientação política. Com o objetivo de unir a sociedade em torno de um projeto, o autor definiria o que chamou de nacionalismo de fins, no qual o desenvolvimento nacional era apresentado como fim último e único objetivo de todos. Assim, valorizava qualquer meio utilizado para a sua realização. Desde que se revelassem eficazes, pouca importava a origem dos recursos empregados para este fim⁸⁹⁷. Embora o Estado devesse assumir o papel de instância racionalizadora e mediadora do desenvolvimento, este não poderia se colocar em uma posição radical frente ao “imperialismo”, pela necessidade funcional da contribuição tecnológica das grandes nações capitalistas para se implantar um capitalismo avançado capaz de superar do subdesenvolvimento. Contudo, sua visão bastante tolerante ao capital estrangeiro recebeu inúmeras críticas de setores que pediam uma maior proteção ao capital e aos recursos naturais nacionais dentro do próprio ISEB, revelando a pluralidade de opiniões no Instituto. Esta tensão levou a uma crise interna que culminou com uma divisão e com a saída de Jaguaribe.

Tensão similar viveu-se no seio do governo e no conjunto de forças que se aglutinaram no projeto de desenvolvimento então proposto. A postura simpática à entrada de capital externo atraiu a simpatia mesmo de setores liberais, que criticavam a participação estatal, mas que defendiam a necessidade de captação de recursos no estrangeiro⁸⁹⁸. Esta posição pode ser sintetizada nas palavras do colunista do *Correio da Manhã* Augusto Frederico Schmidt.

⁸⁹⁶ Hermes Lima. Significação do Nacionalismo. Cadernos do Nosso Tempo, abril/agosto de 1955. In: Simon Schwartzman (org). *O pensamento nacionalista e os Cadernos do Nosso Tempo*. Brasília: Editora UnB, 1988.

⁸⁹⁷ Em suas palavras, o nacionalismo consistia no “propósito de instaurar ou consolidar a aparelhagem institucional necessária para assegurar o desenvolvimento da comunidade Helio Jaguaribe. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1958, p. 51.

⁸⁹⁸ Durante a campanha, jornais que se intitulavam liberais, como o *Correio da Manhã* e mesmo a *Tribuna da Imprensa*, reforçaram que a participação estatal na economia sufocava investimentos particulares e impedia a livre concorrência. Sem esta o país não estaria qualificado para receber capitais e incentivos estrangeiros. Para este último, em vez de contribuir, a interferência estatal impossibilitava o desenvolvimento econômico, tendo em vista que o Brasil não dispunha de recursos técnicos, nem financeiros para o desenvolvimento de setores específicos. Além disto, a participação do Estado na gestão de empresas representava um atraso que impedia a entrada de investimentos e capitais estrangeiros fundamentais para o fomento da economia nacional.

Considero que não podemos impedir que as firmas estrangeiras venham ao Brasil para negociar entre nós. Neste capítulo da discriminação nacionalista para empresas mercantis e outras, o nosso interesse indubitável é o da manutenção das portas abertas a quem quiser vir trabalhar em nossa casa. Só temos com isso lucro e estímulo para os nacionais que conhecerão uma concorrência que só poderá lhes ser profícua (CM, 24/09/1955, p. 2).

Não por acaso o reconhecido editor, poeta e empresário exerceu importantes funções executivas no governo, sendo inclusive responsável pela Operação Pan-americana (OPA), principal iniciativa diplomática no âmbito da política externa, que entre outras demandas, visava captar recursos externos para o desenvolvimento latino-americano⁸⁹⁹. O empenho de Schmidt na busca por recursos, aliado a seu sucesso profissional, levou os nacionalistas mais radicais a acusá-lo de “entreguista” e “testa de ferro” dos interesses multinacionais.

O discurso nacionalista era amplo e continha várias nuances, aglutinando ao seu redor correntes ideológicas de todo o espectro político, presentes nos mais diversos setores da sociedade, de sindicatos a militares, partidos e intelectuais. Neste cenário, as concepções cepalinas alimentavam diferentes projetos e soluções em prol do desenvolvimento nacional. Desta forma, ainda que muitos dos que se diziam nacionalistas, como Augusto Schimdt, concordassem com a entrada de capitais estrangeiros, também havia aqueles que entendiam que se deveria conter exageros, assim como expressavam as páginas de *Última Hora*⁹⁰⁰. Também operando a partir das formulações teóricas da CEPAL, *Última Hora* apontava para a necessidade da manutenção do papel do Estado enquanto investidor direto e gestor, sob o ponto de vista nacionalista, dos recursos naturais

⁸⁹⁹ Lançada em maio de 1958, logo após a traumática visita do vice-presidente dos EUA à América Latina, em que Richard Nixon enfrentou inúmeros protestos e insultos, a OPA visava basicamente três objetivos: captar amplos recursos para financiar o projeto de desenvolvimento econômico nacional, alçar o Brasil a uma condição de liderança entre os países latino-americanos e assegurar boas relações com os EUA, que, ao fim e ao cabo, conduziriam também à possibilidade de obtenção de recursos. Contudo, a despeito dos méritos da iniciativa brasileira, a política não conseguiu estabelecer uma estratégia de ação mais definida, alterando entre um discurso que se compatibiliza com a ideia de segurança coletiva e aliança incondicional aos EUA e ao mesmo tempo apresentando formas e conteúdos distintos para este fim. Além de escapar às prescrições econômicas de Washington, o fato de se constituir em uma iniciativa unilateral de um país periférico, cujas pretensões de liderança não eram propriamente bem vistas, também contribuiu para a resistência da diplomacia norte-americana ao projeto. Para uma análise mais detalhada ver, Gerson Moura. Avanços e recuos: a política externa de JK. In: Ângela Castro Gomes (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991, p. 31-35.

⁹⁰⁰ “Os benefícios do desenvolvimento... não poderão tornar-se realidade, se no tocante a técnica escolhermos o caminho do isolacionismo, ou seja, do nacionalismo radical, jacobino, que se atrita com a salutar política de cooperação internacional indispensável ao desenvolvimento da economia industrial nos países como o Brasil” (UH, 06/09/1955, p. 4).

estratégicos⁹⁰¹. Para este jornal, adotar esta política significava manter a orientação das reformas implantadas por Vargas, que lançaram o país no processo de transformação de sua estrutura econômica, que desde então se desenhava. Com o passar de tempo, os custos do projeto desenvolvimentista começaram a se evidenciar. A entrada em massa de capital estrangeiro conduziu à descapitalização do meio rural, ao inchaço urbano, ao desemprego, à inflação e ao aumento da dívida externa⁹⁰². Para tentar conter as agitações entre os trabalhadores, o governo tentou manter o valor real do salário mínimo com sucessivos reajustes, fato que não somente desagradava os setores liberais e os grandes proprietários, como atentava contra as exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) para liberação de mais recursos. Estes pressionaram para a implementação de uma política de estabilização e de austeridade que chegou a ser tentada, sem sucesso⁹⁰³.

A despeito dos esforços do governo em encampar o “nacionalismo” a seu programa, ao menos em sua base popular a temática incorporava outros sentidos e demandas. Em verdade, o ambiente de liberdade criou espaço para a ampliação da participação cidadã. O crescimento de distintas organizações ligadas a novos atores e a setores da sociedade civil, que aos poucos vinham conquistando seu espaço no debate político, trazia consigo diferentes questões. Entre trabalhistas, comunistas e no meio sindical, particularmente revigorado em função dos efetivos ganhos materiais e simbólicos obtidos, por diversas vezes, nas negociações com o governo⁹⁰⁴, além da defesa dos bens nacionais e do controle da remessa de lucros para o exterior, o nacionalismo se associava a temas como a ampliação dos direitos sociais, a concessão do direito de voto ao analfabeto, uma melhor

⁹⁰¹ Sobre a CEPAL conferir, Cap. 6, p. 359.

⁹⁰² Maria Vitória Benevides. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: Ângela Castro Gomes (org.), 1991, op. cit., p. 19.

⁹⁰³ Em 1958, as contundentes críticas do FMI a um crescimento econômico que não contemplava a estabilização monetária incentivaram o governo, a partir da ação do ministro da Fazenda Lucas Lopes, a lançar o Plano de Estabilização Monetária (PEM). Entretanto, a iniciativa representou apenas um esforço para manter a inflação em um patamar considerável e o governo em nenhum momento sacrificou seu projeto de desenvolvimento em prol da estabilização. As evidências desta estratégia se manifestaram não só na rejeição do presidente ao PEM e conseguinte saída do ministro da Fazenda, como também o posterior rompimento das negociações com o FMI em junho de 1959, que pressionava para uma ação estabilizadora mais contundente. Gerson Moura, 1991, op. cit., p. 30.

⁹⁰⁴ Ângela Castro Gomes. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1964): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis (Org.). *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945 – 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.2, p. 76.

distribuição da renda e a reforma agrária. A necessidade de uma ampla reforma na estrutura da propriedade agrária no Brasil era considerada pelos desenvolvimentistas como imprescindível para a industrialização independente do país, pois garantiria o fornecimento de alimentos para os novos consumidores de bens industrializados nos centros urbanos⁹⁰⁵. Contudo, naquele momento, com a visibilidade alcançada pelas “Ligas Camponesas” se tornara evidente o fato de que o eixo das demandas por reformas se deslocava para os próprios trabalhadores rurais, em sua mobilização organizada para a luta pela terra⁹⁰⁶. Para além da posse da terra, os trabalhadores rurais também pleiteavam pela extensão dos direitos trabalhistas para o campo, luta que começou a se encorpar com fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), em 1954, mas que iria se expandir de forma mais organizada no início dos anos 60⁹⁰⁷.

Todo este cenário de novas demandas também repercutiu no Congresso, onde as manifestações nacionalistas se acentuaram. Tal como assinala César Guimarães, independentemente do apoio circunstancial a determinadas medidas do governo, era nítido que os nacionalistas se encaminhavam para a oposição, incorporando novos temas democratizantes a seus programas⁹⁰⁸. Nas eleições

⁹⁰⁵ Sobre este ponto o presidente Juscelino Kubitschek, em Mensagem ao Congresso, em 15/03/1956, afirmou que “dificilmente se consolidará a revolução industrial sem uma sólida base agrícola e sem um mercado interno em expansão”. Apud. Luis Reznik. *História do Brasil IV e VIII*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: UERJ; Brasília: MEC, 2010, p. 122.

⁹⁰⁶ A origem das Ligas Camponesas está associada à luta dos foreiros do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata de Pernambuco. Em 1955, após alguns anos de tentativas em busca do desenvolvimento da produção da área sob a forma cooperativa, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) deu início a um processo judicial e à luta política que visava desapropriar as terras do engenho e garantir a posse aos trabalhadores. Incorporando uma nomenclatura, que em um primeiro momento buscava associá-las aos comunistas, mas atuando de forma independente da estrutura sindical, as Ligas Camponesas rapidamente se expandiram por diversas regiões do país e alguns de seus líderes, como Francisco Julião, deputado estadual e advogado da primeira liga, encontraram grande projeção nacional. Com uma presença particularmente intensa no nordeste, então marcada por uma visão que o associava à ideia de região problema, marcada pela miséria e pelo atraso, a ação das ligas causou alvoroço entre os grandes proprietários locais, e foi repercutida amplamente por todo o país. Ver, Mario Grynszpan. *Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República*. In: Ângela Castro Gomes, Dulce Pandolfi, Verena Alberti. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002, p. 116 a 155 e Antonio Torres Montenegro. *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*. In: Jorge Ferreira e Lucilia Neves Delgado, Op. cit., p. 241-272.

⁹⁰⁷ As lutas dos trabalhadores agrícolas não passaram despercebidas das discussões políticas nacionais, inserindo-se no quadro de correlação de forças então existente. Em 1959, em resposta a estas demandas e ao entendimento de setores industriais, políticos e da Igreja Católica, o governo de Juscelino criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Contrariando os interesses de latifundiários e revelando as disputas político-ideológicas e de interesses de então, o órgão pretendia intervir diretamente na região, planejando seu desenvolvimento e reduzindo as diferenças entre o norte-nordeste e o centro-sul.

⁹⁰⁸ César Guimarães, op. cit., p. 169.

governamentais e parlamentares de 1958, a força eleitoral e o apoio popular a esta pauta de questões se evidenciou no crescimento da participação do PTB, que, atuando de forma mais independente da vitoriosa aliança com o PSD, conseguiu eleger cinco governadores, 66 deputados federais e 5 senadores. Muitos destes novos parlamentares iriam engrossar a Frente Parlamentar Nacionalista, que, aos poucos, começava a atuar de forma mais independente das orientações partidárias⁹⁰⁹. Neste mesmo pleito, embora tivesse mantido a maioria na Câmara com a eleição de 177 deputados, o PSD elegeu apenas dois governadores e seis senadores para uma casa que renovava-se em um terço⁹¹⁰. Embora o resultado não tenha comprometido a estabilidade do governo, já indicava para o aumento da polarização política que se afirmou nos anos seguintes. Da mesma forma, a expressiva perda de espaço político das antigas “oligarquias rurais” no plano regional também poderia estar associada à ampliação da participação popular no interior do país, que então se associava às transformações na estrutura das eleições, como a adoção da cédula única e a redução das possibilidades de coação⁹¹¹.

7.2 – As eleições de 1960 e a “maioridade” do povo

Nas eleições presidenciais de 1960 a presença deste cenário se mostrou ainda mais decisiva. A elevada inflação, a mobilização das massas no campo e na cidade, a temática do nacionalismo, as demandas por maior participação e mesmo as inúmeras acusações de corrupção e favorecimento que se entrelaçavam com a

⁹⁰⁹ Fundada em 1956, a Frente Parlamentar Nacionalista, agregou políticos de distintas correntes ideológicas, constituindo-se na expressão de um nacionalismo de cunho reformista no seio do Congresso. Embora se destacasse a presença de trabalhistas e comunistas, a frente atuou de forma autônoma vinculando-se a demandas dos movimentos populares como a luta por reformas agrária, urbana e fiscal e a defesa da indústria nacional. De caráter não oficial, a frente chegou a contar com 61 deputados, sendo 30 do PTB, 12 do PSB, 10 da UDN e 9 de outros partidos, alinhados em torno de preceitos nacionalistas. Ver. Lucília de Almeida Neves Delgado. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar. In: Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis. (Orgs.). *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2, p. 357-376.

⁹¹⁰ Lucia Hipólito. De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.56-8, 260-71, 276-283.

⁹¹¹ Cf, cap 6, p. 362. As tentativas de se aperfeiçoar ainda mais o sistema eleitoral para se evitar o controle do voto seguiriam na pauta dos debates. Em 1960, o *Correio de Manhã* insistiu na necessidade de se alterar o formato da cédula única, pois em pequenas localidades o eleitor poderia ser reconhecido pela letra. “Nas cidades, não é muito grande aquele perigo de se identificar o eleitor pela letra. Mas no interior, desse perigo será quase a regra. Quer dizer, o grande e notável melhoramento da célula única para pôr em perigo à liberdade de votar com independência” (CM, 14/08/1969, p. 6).

exaltação do desenvolvimento do país, especialmente ao longo dos momentos que antecederam a fundação de Brasília, influenciaram diretamente a escolha dos candidatos à sucessão presidencial. A chapa governista trouxe à frente o Marechal Henrique Teixeira Lott e indicou o nome do vice-presidente João Goulart para concorrer à reeleição⁹¹². As alas mais conservadoras do PSD, ainda muito ligadas às oligarquias rurais, e setores militares opuseram-se ao nome de Jango, mas o ex-ministro do trabalho de Vargas foi escolhido na convenção nacional do PTB realizada em maio de 1959. A campanha de Lott orientou-se pela defesa da bandeira do nacionalismo econômico e atacou a “influência maléfica de grupos econômicos e financeiros” nas eleições. O ex-governador do estado de São Paulo, Jânio Quadros, foi lançado candidato pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), pequena sigla de expressão local a que pertencia, contando com o apoio de outras legendas de relativa expressão, como o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Liberal (PL) e o Partido Republicano (PR). Após longa discussão e constante articulação de Carlos Lacerda, o candidato, por fim, recebeu a adesão do principal partido de oposição ao governo Kubitschek e à aliança PTB/PSB. Ainda assim, Jânio Quadros não conseguiu ser a única candidatura de oposição, pois o PSP novamente indicou o ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros, como seu candidato à presidência da República⁹¹³.

Jânio Quadros, que se considerava um político com autonomia partidária, tentou condicionar a formação de uma chapa conjunta de oposição, com seu nome à frente, à liberdade e à independência nas negociações partidárias. De fato, eram

⁹¹² Vale lembrar que a Constituição de 1946 vedava a reeleição para presidente da República, frustrando qualquer possibilidade de continuidade para Juscelino Kubitschek. Frente a este cenário, que também incluía a dificuldade em governar o país onde seriam necessárias medidas impopulares para o controle da crise econômico-financeira deixado por seu governo, alguns autores entendem que Juscelino, já realizando cálculos eleitorais para 1964, procurou esvaziar uma possível candidatura do PSD naquele pleito em prol de uma suposta candidatura de “União Nacional”. Diante do insucesso desta iniciativa, o apoio ao candidato com pouca experiência política e inflexível aos acordos inerentes a uma campanha nacional se mostrara uma medida estratégica. Sheldon Maram. Juscelino Kubitschek e a política presidencial. In: Ângela Castro Gomes, 1991, op. cit., p. 100-121. Por outro lado, creio que não se deve desconsiderar a força da imagem do marechal Lott enquanto “garantidor” da legalidade democrática e símbolo de retidão e firmeza. De mesma forma, seu nome também dava aos pessedistas a possibilidade de incorporar, com menos risco de associação ao comunismo, o renovado discurso nacionalista. Ainda assim, esta associação não era completa, já que muitos trabalhistas não viam em Lott um nome ideal para atender as demandas de ampliação democrática e de reformas estruturais, então incipientes no partido, o que levou a um apoio com restrições à reedição da coligação vitoriosa em 1955.

⁹¹³ A respeito da trajetória política de Jânio Quadros ver, Ricardo Arnt. *Jânio Quadros: o prometeu de Vila Maria*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004; Maria Vitória Benevides. *O Governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

muitas as divergências entre as suas propostas e as de amplos setores da UDN. O candidato defendia a “industrialização” da agricultura, a nacionalização da energia, o fortalecimento da Petrobrás e a garantia do monopólio estatal sobre o petróleo. Essas propostas, somadas à ideia de controle das remessas de lucros ao exterior e de uma política externa não alinhada e mais independente, aproximavam seu projeto de campanha das teses de seus opositores, entre eles o próprio PTB e, ao mesmo tempo, o afastavam do principal partido de sustentação de sua campanha.

A despeito deste distanciamento, a adesão da UDN à campanha de Quadros se relacionava diretamente com o cálculo político eleitoral, mas também com uma compreensão acerca da nova configuração do eleitorado. Após três derrotas sucessivas nos pleitos anteriores, estava cada vez mais evidente a necessidade de “adaptação” de seu discurso à nova realidade. Além de caminho mais fácil para uma vitória eleitoral e consequente inserção no Executivo, o apoio a Jânio significava uma postura de valorização da participação popular, visto que Quadros valorizava a “imensa” e “sensível consciência de mudança no eleitorado”, e via neste processo o caminho para sua vitória. Assim, em 1960, após passar anos questionando a capacidade política das camadas subalternas, a UDN voltava-se para estes mesmos setores em busca de apoio eleitoral.

Na imprensa, toda esta difícil associação entre programas de partidos e propostas de candidatos se evidenciou nitidamente. Tendo mantido uma postura crítica ao longo do governo de Kubitschek, acusando-o de desmandos na construção de Brasília e de corrupção, o *Jornal do Brasil*, afirmou que a “evidente desintegração” ideológica dos partidos levaria os candidatos a definirem programas de governo muito semelhantes. Nenhum deles se apresentava como reformador das estruturas políticas, econômicas e sociais do Brasil. Este cenário impunha uma opção entre indivíduos. Para o jornal, enquanto o marechal Lott, além de continuador do governo anterior, era um militar que ainda estava se adaptando à prática política, Jânio Quadros era um homem eficiente, com grande popularidade e preocupado com a moralidade política do país. Desta forma, tal como apontou em editorial intitulado “O programa de Jânio”, a sua eleição representaria “a subida ao Poder, no Brasil, de uma nova geração de políticos, o inevitável arquivamento dos velhos cacoetes e dos hábitos anacrônicos que fizeram a Nação marcar passo durante muito tempo” (JB, 20/09/1960, p. 3). Além

do combate aos rumos de um desenvolvimento que gerara inflação e aumento no custo de vida, o apelo moralizante estava na base do discurso de Jânio. Apostando em seu carisma pessoal e tendo uma vassoura como símbolo de campanha, prometia limpar o país, varrendo a corrupção de uma vez por todas da política brasileira. O *Diário de Notícias*, simpatizante declarado da candidatura de Quadros, entendia que o ex-governador de São Paulo seria o homem ideal para promover a transformação nacional, justamente por ser um candidato desvinculado dos tradicionais esquemas políticos⁹¹⁴. Adotando uma postura similar, o *Correio da Manhã* afirmou que Quadros encarnava um “terremoto cívico que caíra sobre esta Nação. Será uma lixa grossa uniformizando a administração, transformando em pó, resíduos que a ela aderiram para a infelicidade da Pátria” (CM, 23/08/1960, p. 16)⁹¹⁵. Segundo a *Tribuna da Imprensa*, que desde o início da campanha dava a vitória de Jânio Quadros como certa, para a grande maioria da população tornara-se evidente o cenário de imoralidade imposto pelo governo Juscelino. Em inúmeras reportagens de primeira página, que destacavam denúncias de corrupção e mesmo ameaças de subversão da ordem, trazidas à tona pelos candidatos, o jornal tentava mostrar que a derrota do “candidato oficial” era iminente. Assim, aos partidários de Henrique Lott e João Goulart restava apenas a estratégia de desestabilizar o pleito. Entretanto, naquele momento, o povo já tinha condições de reagir, pois estava “consciente” de sua posição⁹¹⁶.

⁹¹⁴ Ao realçar as qualidades de seu candidato como político nato, estadista e administrador eficiente, o *Diário de Notícias* destacava que Jânio era acima de tudo um político de “personalidade marcante, capaz de ouvir e assimilar as ideias alheias, mas firme na sua conduta, impermeável às manobras interesseiras, partam de onde partirem” (DN, 27/09/1960, p. 4).

⁹¹⁵ Cabe ressaltar que tanto o *Correio da Manhã* quanto o *Jornal do Brasil* não questionavam o “inegável” desenvolvimento econômico alcançado durante o governo de Kubitschek. De acordo com ambos os jornais, este alçara o país a uma condição intermediária entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Neste sentido, o centro de suas críticas recaía sobre a corrupção e os erros administrativos, daí a necessidade de um choque de moralidade com a entrada de Jânio Quadros.

⁹¹⁶ Entre as diversas tentativas de desestabilizar o pleito, o jornal dava destaque ao conteúdo injurioso da campanha de Lott, que em vez de apresentar projetos, preferia desferir calúnias aos seus adversários. Seguindo a mesma linha, o *Diário de Notícias* atribuía esta prática a um inerente viés totalitário do marechal, que impossibilitado de impor mais um “golpe branco” lançava mão de tal estratégia (DN, 13/09/1960, p. 4). Ao comentar a descoberta de um estoque de cartazes com um conteúdo ofensivo a Jânio, afirmou que isto nada mais era que o reconhecimento de uma derrota. “Os candidatos do governo... oferecem o que aí está. E tanto sabem que o que aí está não pode satisfazer a um povo descontente que, ao invés de apresentar uma plataforma como o Sr. Jânio Quadros, endossam uma campanha que se caracteriza – não a seu favor – mas contra os seus adversários”. Contudo, o “povo brasileiro já aprendeu a distinguir e não ignora que a onda de infâmias e calúnias também se faz contra ele”. O eleitorado, “sem dinheiro para uma vida

É interessante notar que, em uma nítida mudança de discurso, a *Tribuna de Imprensa* abandonava um discurso questionador da capacidade das massas eleitoras, passando a valorizar a sua atuação. Embora, por duas vezes, tivesse apoiado soluções extralegais para crises políticas nacionais, a partir de um argumento também fundado na inconsciência dos eleitores, o jornal então afirmou que ao longo do governo de Juscelino “grandes massas do povo amadureceram, despertaram, tomaram consciência da realidade nacional e dos caminhos que ela apresenta” (TI, 23/08/1960, p.3). Esta virada não foi, de fato, completa, pois o jornal identificava os eleitores de Jânio Quadros como sendo o contingente mais politizado do povo brasileiro, e desqualificava os partidários do marechal Henrique Lott. Não por acaso, em uma charge publicada no dia 26 de agosto, estes seriam representados como burros. Especialmente nos discursos dos derrotados nos pleitos, os comentários acerca da capacidade da população exercer conscientemente o voto continuaram a aparecer nos debates políticos com frequência. Ainda assim, naquele momento, a valorização da participação popular permeou praticamente toda a grande imprensa. Neste sentido, frisa-se mais uma vez que a novidade política estava no fato de que o povo não podia ser mais ignorado. Em um estudo acerca da realidade brasileira de então, o isebiano Guerreiro Ramos entendeu que “a tomada de consciência de que o povo é a novidade radical do Brasil na presente época constitui requisito imprescindível do ponto de vista teórico e prático”⁹¹⁷. Mais adiante, neste mesmo trabalho, acrescentou que “a teoria de presente época no Brasil será irreconstruivelmente frustrada, enquanto não refletir a consciência sistemática de um dado ordinário hoje na vida brasileira, porém que faltou nas épocas passadas. Esse dado é o povo”⁹¹⁸.

decente”, não tinha mais como iludir-se (DN, 24/09/1960, 4). Interpretação similar poderia ser encontrada ainda nas páginas do *Correio da Manhã*. “Felizmente para o Brasil e para o futuro dos brasileiros os estertores raivosos do oficialismo derrotado não mais poderão impedir a espetacular marcha do povo brasileiro na conquista da moralidade e da eficiência da administração nacional” (CM, 18/09/1960, p. 1, 2º. Caderno).

⁹¹⁷ Alberto Guerreiro Ramos. *A Crise do Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p. 47.

⁹¹⁸ Idem, p. 48. Como já se apontou nos capítulos anteriores, as discussões acerca da presença do povo na política atravessaram toda experiência democrática do pós-guerra. Contudo, é possível dizer que o reconhecimento de seu papel consciente e decisivo na política, também evidenciado nos resultados eleitorais, se deu de forma gradual, não sem despertar intensa polêmica nos meios políticos e acadêmicos. Para reforçar a dificuldade que os teóricos contemporâneos tinham em compreender o povo enquanto uma nova “categoria histórica”, Guerreiro Ramos dialogou com os trabalhos de Oliveira Viana (1949) e Gilberto Amado (1930) acerca das instituições políticas brasileiras, para demonstrar o “progresso do eleitorado brasileiro”. Deixando para trás o paternalismo e a chamada “política de oligarquia”, o autor apresentava a política ideológica como a principal demanda do povo brasileiro de sua época. Em conferência realizada na Faculdade

Se as análises que não incorporassem este fato novo seriam invariavelmente incompletas, os discursos e estratégias políticas que não o fizessem seriam inevitavelmente derrotados. Naquele momento, já era evidente que uma possível vitória eleitoral se vinculava diretamente à associação do discurso do candidato às expectativas e demandas dos “novos eleitores”. Cientes desta “realidade”, os partidários de Jânio Quadros associavam o amadurecimento cívico à necessidade de renovação da República brasileira, corrompida política e financeiramente por demagogos.

O Marechal Henrique Lott e seus correligionários, por sua vez, acreditavam que a crescente conscientização do povo caminhava lado a lado com a ideologia do nacionalismo em prol do desenvolvimento. Ao longo da campanha, o candidato pela coligação PSD-PTB por diversas vezes ressaltou a interferência do grande capital em favor de seu opositor e os riscos que esta atuação poderia trazer à liberdade do pleito⁹¹⁹. Contudo, insistia que estas forças iriam ter pela frente a consciência do povo. Este realce à capacidade do povo brasileiro como um todo foi recorrente nas páginas de *Última Hora*, partidário declarado das candidaturas de Lott e Jango, por representarem as “forças populares e nacionalistas”. Ao comentar o discurso de João Goulart em um dos últimos comícios de campanha do marechal no Rio de Janeiro, *Última Hora* destacou que ao longo de sua campanha o vice-presidente constatara que, identificando-se com as soluções nacionalistas para os problemas do Brasil, o povo tomara consciência de sua força e unidade. Ao evoluir politicamente, assumia o papel que lhe cabia na

Nacional de Filosofia em 1959, o autor já afirmara que havia um distanciamento entre as elites políticas e o povo e que era chegado o momento de se restituir ao povo, composto majoritariamente por trabalhadores, a condição de verdadeiro dirigente do processo nacional. Guerreiro Ramos. Princípios do povo brasileiro. In: *O Problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga 1960, p. 230. Outro isebiano, Helio Jaguaribe, embora também destacasse a participação popular, acreditava que o processo político deveria ser conduzido pelos setores dinâmicos e produtivos de cada uma das classes que compõem a sociedade brasileira. Ou seja, uma burguesia empenhada na revolução industrial, a *intelligenza* da classe média e um proletariado cuja capacidade de consumo aumentou com a industrialização. Sem esta união de setores, as classes trabalhadoras, ao se insurgir contra as espoliações e os privilégios de classe, o fariam sob a forma inconsistente do populismo, influenciadas por demagogos carismáticos. Helio Jaguaribe. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1958.

⁹¹⁹ “A livre vontade do povo poderá resultar viciada pela influência do poder econômico. E porque interesse ao povo um pleito escorreito de falhas, livre de qualquer contestação, é que aqui dirigimos veemente apelo ao Congresso, sob a forma de denúncia à nação, para que preserve, de uma vez por todas, da influência maléfica de grupos econômicos e financeiros, os nossos prélios eleitorais, através de legislação adequada e enérgica” (Henrique Lott, Apud, CM, 18/08/1960, p.1 2º. Caderno).

condução dos destinos da pátria, sem se deixar influenciar pelas pressões do poder econômico (UH, 28/09/1960, p. 6)⁹²⁰.

De fato, ao disputar a simpatia de um eleitorado que aumentara expressivamente nos anos anteriores, todos os principais grupos em disputa passaram a exaltar a “maioridade do povo inteiro” e a consciência de cidadania dos votantes. O tema da politização das massas, até então pouco difundida entre determinados grupos políticos nacionais, ganhou então o primeiro plano dos debates. Ao afirmar que este processo se devia à prática ininterrupta do voto, em editorial intitulado “Democracia sem instrumentos” o *Jornal do Brasil* afirmou que:

A politização das massas... vem-se fazendo acima e além dos partidos políticos, e a única expressão positiva e decisiva desse aprendizado se concentra no exercício do voto, cada vez mais significativo no roteiro de nossa difícil evolução democrática. A consciência do voto é, hoje, em todas as regiões brasileiras, um fato de impressionante realidade política: ninguém se dispõe a abdicar de sua validade, ninguém aceita substitutivos a esta conquista (JB, 19/08/1960, p. 3).

Para o jornal, a política de emancipação nacional estava diretamente ligada à entrada de um contingente eleitoral mais expressivo no processo político. A cada eleição realizada se revelava a consciência cidadã e o amadurecimento do “povo inteiro”. Se em eleições anteriores diversos jornais se preocuparam em distinguir o povo enquanto conjunto de cidadãos conscientes, das massas eleitoras deseducadas e amorfas, em 1960 a situação se apresentou de modo distinto. Em coluna assinada para a edição de 22 de setembro do *Jornal do Brasil*, sob o pseudônimo de Tristão de Athayde, Alceu Amoroso Lima, um dos mais influentes intelectuais leigos do pensamento católico brasileiro da época, entendeu que

se houve alguma coisa de positivo na vitória da Revolução de 30, foi precisamente alargar a participação do povo no processo eleitoral. E quando digo povo, incluo massas e elites [...] um dos ideais do regime democrático é precisamente integrar elites e massas, na mesma resultante: Povo, Massas e Elites, sociologicamente falando, são conceitos relativos e subordinados a essa entidade superior, o Povo, que é o corpo da nacionalidade (JB, 22/09/1960, p. 3).

Direcionada aos “católicos”, a coluna, intitulada “Cabeça e coração” destacava o papel fundamental do povo, valor do voto consciente e a responsabilidade de seu

⁹²⁰ “Viajar pelo interior brasileiro é surpreender-se a cada momento com o grau de maturidade política de todos os nossos patrícios. A força da publicidade para eleger os nossos adversários não consegue vencer a consciência nacionalista de nosso povo”. J. Goulart. Apud. UH, 28/09/60, p. 6.

exercício. Embora os partidos políticos se encontrassem mutilados, o povo não fora jogado à marginalização. Para além das paixões partidárias, o eleitor era capaz de praticar o voto com a mente fria e o coração quente. Como se pode perceber, a suposta desestruturação dos partidos não foi apresentada como sinal de fragilidade do regime democrático. Este havia superado sua “fase experimental”, porque o povo brasileiro já manifestava interesse consciente pelas questões e problemas do país. Isto só fora possível em função do constante exercício democrático. Neste cenário, as tentativas de integração dos partidos na corrente de pensamento popular eram um sinal de confiança na sobrevivência do regime democrático sem o sacrifício das liberdades. De acordo com o *Jornal do Brasil*, o clima de “normalidade eleitoral” que se vivenciava então, comprovava os avanços de “nossa redemocratização política”.

A democracia brasileira, na sua característica mais expressiva, que é a escolha periódica dos dirigentes da Nação através do voto livre e secreto, já não se encontra mais em fase experimental: 15 anos do exercício do sistema representativo em todos os níveis de governo, demonstram com segurança que o nosso roteiro se consolida proveitosa e animadoramente (JB, 11/09/1960, p. 3).

A valorização do regime democrático tinha presença constante nos discursos e no material de propaganda dos candidatos. Nas páginas de *Última Hora* frequentemente apareceram referências a Lott como o “marechal da legalidade democrática”. Recordando os acontecimentos de 1955, o agora candidato teria sido o homem que salvou a democracia. Ao se negou a ser ditador e restituir o poder ao povo, Lott era o responsável pelo ambiente que então se vivia⁹²¹. Janio Quadros, por sua vez, era o candidato da plutocracia, daqueles que intentavam instaurar uma ditadura extralegal, mas que haviam sido impedidos pela firmeza legalista do marechal. Entre os partidários de Janio Quadros o discurso se invertia. A trajetória e a experiência política do ex-governador de São Paulo eram sinais de sua vocação democrática. Já Henrique Lott nada mais era do que um militar pouco afeito ao diálogo democrático com experiência em golpes, que então se esforçava em deslegitimar um pleito limpo e democrático, com acusações caluniosas e suposições infundadas sobre a influência do poder econômico, que na verdade estava com o oficialismo. O que podia se perceber nele era uma “vocação totalitária tão acentuada que logrou reunir a sua volta os

⁹²¹ “Lott nos braços do povo em Recife: este é o marechal da legalidade” (UH, 09/09/1960, p. 6).

totalitários da esquerda e da direita” (DN, 13/09/1960, p. 4). Estes setores, em especial dos “comuno-petebistas” eleitores de Lott e João Goulart, pretendiam desestabilizar o pleito. Entretanto, naquele momento, o povo já tinha condições de reagir, pois estava “consciente” de sua posição.

A falência dos partidos, conseqüência inevitável da omissão dos homens públicos desta pobre nação, tem agora a sua inevitável conseqüência na tentativa desesperada que fazem os donos deste país – e seus mentores da quinta coluna russa no Brasil... Assistimos ao desespero dos que ainda não se convenceram de que é chegada a hora para o Brasil, a hora da sua maioridade, acreditem! (TI, 07/09/1960, p. 3)

Nas citações nota-se o reforço do argumento anticomunista. Reorganizados, mais ainda com algumas divergências internas, os comunistas, mesmo na ilegalidade, tentavam se reinserir de alguma forma nas disputas político-eleitorais. Naquele pleito, em conformidade com a sua estratégia de formação de uma frente única, os comunistas declararam apoio a Lott e João Goulart, por acreditar que os mesmos criariam condições favoráveis à constituição de um governo “nacionalista e democrático”, além de expressarem os anseios de emancipação nacional e progresso⁹²². Aproveitando-se deste apoio, tanto o *Diário de Notícias* quanto a *Tribuna da Imprensa* interpretaram a presença comunista na campanha de Lott como um elemento desestabilizador da democracia brasileira. Para além destas pressões, o próprio candidato sempre manteve uma postura dúbia quanto à participação dos comunistas em sua campanha. Ainda em 1959, antes mesmo da definição total dos apoios em torno de sua candidatura, Lott afirmava que não aceitaria os votos dos comunistas. Já em 1960, a despeito de firmar acordos de campanha com diversos sindicatos cuja presença de comunistas era evidente, seguia revelando um anticomunismo duro e aparentemente inflexível. Ao contrário do que fizera Juscelino em 1955, que aceitou o apoio dos membros do PCB “enquanto eleitores”, mas evitou imiscuir-se em questões polêmicas ao longo da campanha, Lott por diversas vezes afirmou-se contrário à legalização do partido e ao restabelecimento das relações políticas com a União Soviética⁹²³.

⁹²² Ver, José Antonio Segatto, 1995, op. cit., p. 128-129. Quanto às divergências internas do partido, o autor destaca que determinados setores insistiam na inevitabilidade da ação revolucionária e na impossibilidade de superação das contradições do capital pelo caminho pacífico. Idem, p. 86-94.

⁹²³ Logo em sua primeira entrevista como candidato, Lott afirmou veementemente que era contrário à manutenção de qualquer relação diplomática com a URSS. Posteriormente, em um comício realizado em Recife, a despeito de seus assessores insistirem para que o candidato não

Embora estas “inclinações conservadoras” na postura do candidato tenham gerado resistências entre os comunistas, o comitê central manteria seu apoio a Lott por considerar que sua candidatura fora articulada fora do âmbito dos grandes partidos, sendo sustentada por setores nacionalistas que garantiriam a manutenção deste viés ao longo de um possível governo⁹²⁴.

A postura do candidato “nacionalista”, além de revelar certa inabilidade política, sinaliza ainda mais para as constantes divergências entre programas, partidos e candidatos, que marcaram o pleito de 1960. Às vésperas das eleições, Jânio Quadros por vezes se apresentava como opositor implacável do comunismo internacional⁹²⁵. Contudo, ao longo da campanha seu discurso se mostrou ambíguo. Seu projeto de estabelecimento de uma política externa mais independente por si só já parecia considerar a possibilidade de ampliação das relações com os países do bloco socialista. Uma excursão à URSS realizada já durante a campanha, em busca de se estabelecer contatos com o líder soviético, evidenciava ainda mais esta tendência. Quanto à questão da legalização do Partido Comunista, o candidato também chegou a afirmar, a título de “opinião pessoal”, que era favorável ao seu retorno à constitucionalidade. Ainda assim, não deixava evidente até que ponto se empenharia para isto, argumentando que a situação não dependia somente dele. De fato, este comportamento indefinido com relação a uma temática tão pujante conduziu ao aparecimento de acusações sobre o caráter duvidoso de suas posições. Durante o mês de agosto, *Ultima Hora* acusou Jânio Quadros de fazer declarações favoráveis ao reatamento com a URSS e à legalidade do PCB com o objetivo de “iludir o povo” e conquistar seu apoio. Entretanto, uma declaração de Plínio Salgado, líder do PRP, acusava Jânio de revelar a determinados partidos que se comportaria de forma distinta⁹²⁶. Seguindo

comentasse a temática sob o risco de perder o apoio da esquerda na região, Lott reforçou que não permitiria que o partido comunista retornasse à legalidade por ser um “partido estrangeiro”. Ver, Sheldon Maram, op. cit., p. 102-103.

⁹²⁴ A declaração de Luis Carlos Prestes encontra-se reproduzida em: Anita Leocádia Prestes. Da Declaração de Março de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático. *Crítica Marxista*. São Paulo: Unicamp, 2011, número 32, p. 157-158.

⁹²⁵ “Para que a democracia não desapareça, jamais permitirei que as doutrinas do comunismo internacional prevaleçam na terra brasileira. Os vermelhos não me intimidam, conquanto não me ameacem; não me silenciam, conquanto não me injuriem. Brasileiro de vida limpa e inspirada nos princípios cristãos, não temo os internacionalista a serviço de Moscou”. Jânio Quadros. Discurso em comício em Blumenau, SC, 11/09/1960. Apud. DN, 13/09/1960, p. 4.

⁹²⁶ No dia 29 de agosto o jornal publicou em primeira página: “Plínio Salgado confirma duplicidade de Jânio: a favor de Fidel e Krushev, na rua; contra os comunistas e pró EE.UU. por

uma linha similar com relação a este ponto, *Novos Rumos*, em sua edição da semana entre 23 e 29 de setembro, trouxe grande reportagem de primeira página na qual Luis Carlos Prestes denunciava que o ex-governador, na busca demagógica por votos, chegara a enviar emissários para propor um acordo com os comunistas em troca de uma promessa de legalização do partido⁹²⁷.

Para além das acusações de oportunismo eleitoral, as indefinições com relação à postura a ser adotada frente aos recorrentes esforços comunistas em prol da legalização de seu partido revelam que o discurso “anticomunista” assumia distintos matizes. Para diversos setores autodeclarados anticomunistas, a adoção de uma política externa independente que abarcasse o restabelecimento do comércio com o bloco socialista não indicava simpatia a seus regimes, mas sim preocupação com os interesses econômicos do Brasil. Da mesma forma, diversos setores também entendiam que o retorno dos comunistas à institucionalidade política se inseria em um contexto de afirmação do regime democrático e que a repressão e a exclusão não eram os caminhos adequados para combatê-los. De acordo com os editoriais do *Jornal do Brasil*, o anticomunismo “cego” e “exacerbado” expresso nas páginas da *Tribuna da Imprensa* e do *Diário de Notícias* era tão negativo quanto o próprio comunismo, pois, ao se basear na supressão de liberdades, aproximava-se dos regimes totalitários. Assim, a arma mais eficiente contra o agente tumultuador do comunismo seria o exercício livre, democrático e absolutamente necessário do voto.

trás”. De acordo com o jornal, o líder integralista teria revelado com exclusividade que o candidato apoiado pela UDN se comprometera a voltar atrás na posição assumida em carta enviada anteriormente ao partido, em troca do apoio dos convencionais do PRP, comprometendo-se, inclusive, a assinar nova carta com o compromisso de “manter cortadas as relações com a União Soviética, não permitir a volta do PC à legalidade, reprimir severamente o movimento comunista no Brasil e fazer uma política internacional vinculada exclusivamente ao bloco americano”. Para um político que “de olho nos votos dos comunistas, abriu largas perspectivas para a legalidade dos liderados do sr. Luis Carlos Prestes, que por sinal já o ajudaram a eleger-se em São Paulo”, a atitude de Jânio revelava uma desfaçatez que não tinha “precedentes na história política brasileira” (Idem, p. 3). No dia seguinte, o jornal seguiu repercutindo o episódio publicando distintas opiniões sobre a postura de Jânio. “Além da repercussão desfavorável, suscitou indignação nos meios políticos a atitude dúplice do candidato Jânio Quadros, que após pronunciar-se publicamente pelo reatamento de relações com a URSS e pela legalidade do PCB, deu uma vassourada nestas opiniões, de modo a obter o apoio dos integralistas” (UH, 30/08/1960, p. 6).

⁹²⁷ “Denúncia de Prestes em São Paulo: Jânio pediu votos dos comunistas em troca da legalidade do Partido” (NR, 23-29/09/1960, p.1). Contudo o secretário geral do partido teria recusado a proposta por “saber” que Jânio Quadros, “na sua condição de candidato dos imperialistas norte-americanos e de que há de mais reacionário em nosso país, visava apenas a sua eleição para continuar no caminho das traições aos interesses populares” (Idem, p. 3).

A este argumento acrescentava-se outro fator que seria de grande valia contra os comunistas. De acordo, por exemplo, com os editoriais do *Correio da Manhã*, a luta pelo fortalecimento do regime democrático não se limitava ao reforço das instituições e à afirmação das liberdades.

o Brasil é uma democracia. Para funcionar a democracia, os eleitores têm de votar. Têm de votar em liberdade e com lisura, e a essa liberdade e a essa lisura, dedicaram os juristas todo seu engenho, para que o grande relógio Democracia regulasse bem. Realmente um relógio tem de regular bem. Mas antes de regular bem, tem de andar. Pois que adianta um excelente relógio parado... Pois entre todas as maneiras de garantir a independência do voto, os eruditos juristas esqueceram uma: a de garantir ao eleitor a independência econômica... Por isso continuamos vivendo numa Sereníssima República. Apenas ainda não é serena nossa democracia (CM, 14/08/60, p. 6).

Sem negar o desenvolvimento alcançado pelo país, o jornal apresentava, a sua maneira, uma série de demandas que se vinculavam a este desenvolvimento e que foram consideradas fundamentais para o estabelecimento de uma democracia plena. O eleitor dificilmente poderia exercer a plenitude de sua liberdade democrática se não tivesse condições econômicas para tal, fato que no Brasil era particularmente evidente nas zonas rurais⁹²⁸. Esta “fraqueza” acabava por se constituir em caminho fértil para as ideologias estrangeiras.

Sobre este ponto é importante ressaltar que a postura adotada pelo *Correio da Manhã* não era isolada. Em verdade, as discussões sobre a necessidade de melhoria das condições de vida da população para o exercício pleno da democracia e sua eventual “defesa” contra uma possível infiltração comunista já permeavam o ambiente internacional e mesmo os projetos da diplomacia norte-americana. Especialmente após o sucesso da experiência revolucionária de Cuba no ano anterior, reforçaram-se as preocupações em torno da carestia e das desigualdades econômicas. Diante da possibilidade do surgimento de movimentos similares, a América Latina inseriu-se em definitivo no horizonte estratégico da política exterior dos Estados Unidos, que passaram a propor, em encontros internacionais, planos de desenvolvimento social que privilegiavam setores de assistência, habitação e educação, fundamentais na preparação e prevenção de uma autêntica vida democrática. Foi justamente a partir desta perspectiva que o

⁹²⁸ “Os eleitores da área rural são, infelizmente, pela sua condição de dependência econômica, aqueles que no Brasil menos dispõem de liberdade política, estão tutelados pelos donos de feudos” (CM, 18/09/1960, p.1).

Correio da Manhã realçou a necessidade premente de se associar desenvolvimento econômico a avanços no plano social.

Ao comentar as propostas norte-americanas presentes na Ata de Bogotá⁹²⁹, o jornal ressaltou a importância da luta contra o analfabetismo, defendendo a educação secundária e técnica. Enfrentar o futuro sem educação, sem um lar decente, sem real esperança de melhorar sua situação econômica, poderia conduzir o homem à agitação extremista (CM, 06/09/1960, p. 6)⁹³⁰. Este princípio também se aplicava para a “evidente necessidade” de uma distribuição mais justa das terras, dando ênfase, assim, à defesa das reformas “indispensáveis para o Brasil”.

O caso típico é a da reforma agrária, que temos surrado sem descanso nestas colunas, principalmente desde que o governo Vargas criou a Comissão Nacional da Política Agrária. No entanto nenhum governo, nem de Getúlio nem de Café Filho ou este, jamais levou a sério, nem mínimo que fosse, a reforma agrária. Oras, é impossível industrializar um país com um regime agrícola feudal, como existe no Brasil do Norte e do Nordeste (CM, 13/09/1960, p. 6).

Arma poderosa contra a presença comunista no interior do país, a reforma agrária poderia manter esta ideologia alheia à realidade e ao sentimento da população local afastada, pois a mesma somente encontrava campo fértil para prosperar em função da calamitosa situação em que vivia o trabalhador rural. A questão das reformas, em particular no campo, foi mais um elemento que gerava polêmica entre candidatos e programas. A presença do PSD, partido cujas bases no interior do país se vinculavam às chamadas “oligarquias rurais, na chapa de Lott, levava determinados setores reformistas a duvidar da capacidade de um presidente eleito sob esta sigla implementar um efetivo programa de reformas rurais. Neste sentido,

⁹²⁹ O texto da Ata de Bogotá foi o resultado da última das três reuniões do chamado “Comitê dos 21”, um desdobramento da Operação Pan americana (OPA) dentro da Organização dos Estados Americanos. Nele, com o apoio dos Estados Unidos, se propunham novas medidas de cooperação econômica entre os países americanos, através de ações que proporcionassem o desenvolvimento econômico de forma atrelada a questões sociais específicas das diversas conjunturas regionais. Ver, Alexandra de Melo e Silva. *A política externa de JK: a Operação Pan-Americana*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992, (Texto CPDOC), p. 37-40.

⁹³⁰ A necessidade de se reformar o sistema educacional brasileiro foi levantada pelo *Jornal do Brasil* como fundamental para a preparação do material humano necessário ao desenvolvimento. O Brasil necessitava de uma instrução que promovesse nos jovens o espírito de empreendimento, a vontade realizadora construtiva e industrialista que somente seria possível a partir de um sistema de ensino técnico e profissional. De acordo com o jornal, com a manutenção de hábitos dos “pré-tempos” e de uma formação sem autenticidade, livresca e irreal, o modelo educativo do país não se coadunava com o “desejo de aperfeiçoamento que se manifesta em todo território nacional” (JB, 04/09/1960, p. 3).

a eleição de um candidato de proclamada independência dos partidos políticos poderia representar um caminho menos tortuoso rumo às reformas. As dificuldades na construção de um conjunto de apoio efetivo em torno da campanha de Henrique Lott, associadas à possibilidade de eleição desvinculada de presidente e vice-presidente, culminaram até mesmo na formação dos chamados comitês “Jan-Jan” , que, fomentados pelo próprio candidato de oposição, espalharam-se por diversas regiões do país, pedindo votos para Jânio Quadros e João Goulart⁹³¹.

Este acordo informal não impediu que os jornais partidários da candidatura de Jânio Quadros e, em especial, os setores mais conservadores mantivessem suas inúmeras ressalvas à figura de João Goulart. Em verdade, a despeito da constante exaltação da evolução da democracia nacional, as aproximações com políticas democratizantes, presentes em determinados grupos políticos que se aglutinavam em torno da candidatura de João Goulart e que se propunham a ampliar a participação popular para além da esfera político-eleitoral, não se mostravam interessantes para estes setores. Nos editoriais do *Correio da Manhã* e do *Jornal do Brasil*, estas demandas por ampliação da participação nem sempre encontraram repercussão, chocando-se não só com alertas sobre os riscos de se extrapolar os limites determinados pela Constituição, como, por vezes, como uma noção de participação política que parecia restringir-se ao voto nos líderes no período eleitoral, que seria o único mecanismo do qual os eleitores dispunham para intervir no regime democrático, em uma concepção de democracia atrelada às bases então estabelecidas em 1946. Assim, um possível acordo com João Goulart, que para alguns significava uma evidente proximidade de projetos, para outros parece inserir-se mais em uma estratégia de cálculo eleitoral. De fato, o que se percebe no contexto das eleições de 1960 é uma complexa articulação entre a defesa da “maioridade” de democracia e do povo brasileiro e um esforço para enquadrar-se às suas vontades e anseios, sem comprometer, por completo, programas e afinidades ideológicas. Um dos exemplos mais curiosos desta difícil relação fica evidente em um editorial da *Tribuna da Imprensa*, assinado por Carlos Lacerda, que então concorria ao governo do recém criado estado da

⁹³¹ Ciente da força eleitoral do PTB nos grandes centros e no meio sindical, o acordo, ainda que informal, foi visto com bons olhos por Jânio Quadros. Ângela Castro Gomes e Jorge Ferreira, 2007, op. cit., p. 115.

Guanabara. Lembrando que após a vitória aliada na 2ª Guerra Mundial, o Brasil e o mundo passaram a usufruir de liberdades, o candidato apresentou-se como defensor do direito da população de escolher seus candidatos sem a “pressão e o ódio da violência”. Seu discurso em busca de um voto popular, livre de tensões políticas passadas, chegou ao ponto de recorrer à memória de Vargas, afirmando que, “caso estivesse vivo, Vargas votaria em Lacerda” (TI, 19/08/1960, p.3).

Independente do alcance destas articulações, para efeito desta tese, é importante ressaltar a nítida mudança nos discursos de campanha e na própria relação entre os grupos políticos em disputa e o eleitorado. Como já apontado, a partir deste pleito, um argumento que desqualificasse a ação do eleitor e, por conseguinte, o valor da democracia nacional, em virtude da “inconsciência” ou “ignorância” da massa de votantes, parece perder seu poder de cooptação e de aglutinação de forças, ao menos em um cenário que considerasse a manutenção deste mesmo regime. A valorização da “maioridade” do eleitor foi, de fato, um elemento inquestionável, que não apenas se vinculava a simples interesses eleitorais. Não por acaso, no dia seguinte às eleições, mesmo já prevendo uma possível derrota de seu candidato, *Última Hora* publicou:

Sejam quais forem os obstáculos a vencer, o povo brasileiro avança no caminho da democracia, demonstrando que pode conseguir, com seu voto esclarecido, com sua consciência cívica, os instrumentos políticos necessários para levar a cabo o processo de emancipação nacional que caracteriza a presente fase de nossa evolução histórica (UH, 04/10/1960, p.3).

Contudo, o editorial de *Última Hora* já indicava que ainda havia um caminho a percorrer. Naquele momento, uma definição “limitada” do regime democrático a partir da livre disputa entre correntes pelo voto livre do cidadão fundamentada em preceitos liberais e, por vezes, também associada a preceitos cristãos, parecia não mais dar conta do conjunto de questões inerentes à sociedade de então. Insistindo em suas promessas de varrer, de uma vez por todas, a corrupção da política brasileira, Jânio Quadros chegou à presidência da República em 1960, com uma votação recorde⁹³². No entanto, sua vitória não abafou as evidentes contradições

⁹³² Nas eleições de 1960, Jânio Quadros recebeu 5.636.623 votos, a maior votação até então obtida por um candidato à presidência, atingindo 48% do eleitorado contra 3.846.825 (32%) dados a Henrique Lott e 2.195.709 (19%) a Ademar de Barros. Ver, Jorge Miguel Mayer e Libânia Xavier. Jânio Quadros. In: Alzira Alves de Abreu et alii, op. cit., p. 4822. Sobre o resultado, vale ressaltar que assim como ocorrera com Getúlio Vargas em 1950 e com Juscelino Kubitschek em 1955,

presentes em seu discurso e nem as divergências entre o amplo conjunto de forças políticas que o apoiara. A complexidade de suas promessas de campanha, que incorporavam temas como a necessidade de reformas estruturais, moralização da vida pública e erradicação da corrupção na vida política do país, por si só já apontavam para um período de difíceis negociações junto a um Congresso, eleito em 1958, cuja configuração não favorecia ao Executivo.

7.3 – Em defesa da legalidade democrática: a crise da renúncia de Jânio Quadros e a solução parlamentarista

Desde suas primeiras medidas no governo, Jânio Quadros procurou se aproximar de forma direta dos governos estaduais e evitou o diálogo com o Congresso e a intermediação dos deputados e senadores. Para enfrentar a “crise política, administrativa e moral” e a “corrupção descontrolada”, tão ressaltada em sua campanha, instalou sindicâncias e investigações coordenadas por assessores diretos e militares, sem a participação dos deputados⁹³³. Ao adotar uma estratégia política que minimizava a ação dos partidos e deslegitimava o Congresso, o presidente procurou aumentar as prerrogativas do Executivo. A partir desta lógica, suas propostas e projetos de reformas encontrariam mais respaldo em sua popularidade do que em acordos políticos⁹³⁴. Esta postura se associaria à manutenção, junto à população, da imagem de um homem de pureza moral, que não se misturaria aos hábitos poluídos de partidos e políticos tradicionais, reforçando a alternativa individual e moral frente às instituições políticas. Ao criar um clima de ineficácia da política parlamentar para a aprovação de leis e emendas, Jânio tentou justificar a necessidade de povo “falar por si” nos momentos em que o presidente não obtivesse sucesso na negociação política,

Jânio Quadros não alcançou a maioria absoluta dos votos. Contudo, não se ouviu muitas vezes questionando este fato.

⁹³³ A estas medidas somou-se uma ação contra as chamadas “regalias” do funcionalismo público, que instituiu entre outras coisas o horário integral nas repartições federais, medida que acabou tendo que revogar poucos meses depois. Além disto, exonerou todos os funcionários civis contratados pelo Executivo e por autarquias federais no último ano do governo de JK; cortou benefícios e extinguiu cargos nos ministérios.

⁹³⁴ Felipe Pereira Loureiro. Varrendo a Democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, vol.29, n. 57, jan-jun., 2009, p. 188 – 192.

lançando no debate político a questão da participação popular no jogo democrático⁹³⁵.

Para conter a inflação, outro ponto chave em sua campanha, Jânio Quadros adotou uma linha conservadora, cercado-se de monetaristas e seguindo o receituário proposto pelo FMI, que sugeria ações para se tentar equilibrar a balança de pagamentos reduzindo o déficit orçamentário. Combinado a estas medidas, realizou uma reforma cambial que atendia aos interesses dos exportadores e credores externos, mas que dificultava o pagamento de dívidas privadas adquiridas anteriormente. A despeito de facilitar a captação de recursos externos, a reforma enfrentou resistências na oposição parlamentar e nos meios sindicais, receosos de que as medidas de austeridade resultassem, como de costume, em controle de salário e contenção dos créditos ao trabalhador. Entre nacionalistas e, particularmente, comunistas, as acusações de “entreguismo” e favorecimento ao capital externo imediatamente voltaram à tona. Logo após a posse de Jânio Quadros, *Novos Rumos* já publicara em primeira pagina: “Um ministério reacionário e um discurso violento. Duas metas de Jânio: dólares para os EUA, miséria para o povo” (NR, 03 a 09/02/1961, p. 1)⁹³⁶.

De fato, o custo de vida se elevou rapidamente e as excessivas emissões de papel moeda provocaram uma alta permanente dos preços, em especial dos

⁹³⁵ Ver, Pablo de Oliveira Mattos. *Para aonde vamos? Crise e democracia no governo João Goulart*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010, p. 33-34. Seguindo esta estratégia, o presidente apontou para a necessidade de se multiplicarem “órgãos da mecânica democrática, fazendo que surjam, ao lado dos tradicionais, outros, mais próximos das massas”. A iniciativa, que apontava para alguma ampliação da participação democrática, gerou reações imediatas. De acordo com deputado do PSD cearense, Martins Rodrigues, as declarações do presidente eram perigosas, pois, ao falar em órgãos mais próximos das massas, abria espaço para o questionamento das funções do Congresso. “Não são esta Casa e o Senado a representação autêntica das massas através do voto? A que novos processos de mecânica democrática (...) S Exa. se refere em sua oração?”. Apud. Felipe Loureiro. Op. cit., p 190-191.

⁹³⁶ O ministério de Jânio Quadros foi composto basicamente por udenistas e políticos de partidos menores. Para os altos postos militares, o presidente escolheu figuras da chamada “cruzada democrática”, grupo antivarguista, que se opunha à corrente nacionalista e ao setor “legalista” vinculado a Lott. A presença destes militares gerou apreensão entre os antigos membros do governo. Com o anúncio da reforma cambial, as apreensões se converteram em acusações de abertura do país ao capital estrangeiro. Na última semana de março, *Novos Rumos* publicou que a reforma levaria à imediata alta de preços e ao aumento da carestia de vida. “Em sua mensagem ao Congresso e no discurso em que anunciou a elevação do custo do câmbio para 200 cruzeiros, o sr. Quadros afirmou que os sacrifícios seriam distribuídos entre todos e que o custo de vida sofreria um aumento insignificante. A realidade, porém, começa a mostrar que tudo isso não passa de um engodo. Os banqueiros norte-americanos e os tubarões da Associação Comercial aplaudem as medidas do governo porque sabem que seus lucros vão aumentar... Os trabalhadores, porém, que vivem de salários que já são de fome, começam a sentir na própria carne os efeitos da política do FMI. Os preços estão subindo em proporções astronômicas” (NR, 24 a 30/03/61, p. 1).

gêneros de primeira necessidade⁹³⁷. A despeito de suas promessas de campanha, Jânio Quadros não conseguiu conter a espiral inflacionária e nem corrigir os erros passados. A sua forma personalista de governar também seguia alvo de muitas críticas. A frequente adoção de políticas contraditórias com muitas idas e vindas, somada a sua forma suprapartidária de governar, em que o presidente apresentava a sua ação pessoal como caminho para o fim da corrupção e com a ineficiência administrativa através de sua ação pessoal, provocou cisões na base de apoio do governo e contribuiu para diminuir a eficácia de suas medidas⁹³⁸. O *Diário de Notícias*, aliado de Jânio Quadros ao longo de toda sua campanha, alertou para o açodamento do presidente em implantar medidas saneadoras sem um exame mais detido dos fatos, o que o obrigava a realizar diversos recuos. Sua assessoria igualmente era criticada por se afastar do problema crucial do custo de vida e preocupar-se com assuntos menores, como “posturas sobre brigas de galo, corridas de cavalos aos sábados e feriados, usos de trajés sumários e outras quinquilharias pseudomoralizantes” (DN, 18/08/1961, p.4)⁹³⁹. Após sete meses de governo, os problemas econômicos e financeiros se mantinham e a força pessoal de Jânio junto à opinião pública se arrefecia. “A lua de mel do Sr. Jânio Quadros com a popularidade começa a ser empanada por uma sombria nuvem: a alta do custo de vida” (UH, 18/08/1961, p. 4).

No campo da política externa, em uma ação que, para diversos analistas, representava uma espécie de compensação progressista a um conservadorismo

⁹³⁷ A crise econômica e a alta no custo de vida não foram ressaltadas apenas pelos comunistas. Jornais que estiveram ao lado de Jânio durante a campanha, como o *Correio da Manhã* e o *Diário de Notícias*, também noticiavam a inquestionável situação. Caso o presidente não conseguisse estancar as causas do “déficit” do tesouro e eliminar os artificialismos tarifários, “a inflação prosseguirá num ritmo acelerado que levará o presidente da República a uma situação delicada, capaz de comprometer todo o trabalho que já fez e que pensa fazer” (CM, 24/08/1961, p. 6). Contudo, atribuíam parte da culpa pela crise aos “erros acumulados em tantos anos de descabros financeiros exacerbados no último quinquênio” (DN, 23/08/1961, p. 4) pela política desenvolvimentista adotada por Juscelino Kubitschek, na presidência da República, que obrigou “o governo Jânio Quadros a reformas radicais e a satisfação de compromissos que não poderiam deixar de influenciar a evolução do custo de vida” (CM, 24/08/1961, p. 6).

⁹³⁸ Argelina Cheibub Figueiredo. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas a crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 35-36.

⁹³⁹ A “perseguição” ao funcionalismo público também gerou duras críticas do jornal. Tradicionalmente próximo a este setor, o *Diário de Notícias* alertava que o funcionalismo já não tinha como custear a vida e era permanentemente tratado como responsável por diversos problemas da nação, sendo cada vez mais exigido e quase nunca perdoado. Além disso, a eficiência da administração pública sofria os reflexos dos sucessivos atrasos de pagamentos aos funcionários públicos. “Está o governo empenhado em desburocratizar a administração... sem, no entanto, cumprir a parte que lhe cabe como patrão, isto é pagar o que é devido ao funcionalismo em consonância com as leis vigentes” (DN, 23/08/1961, p. 4).

interno político e econômico, o governo se afastava do alinhamento com o ocidente⁹⁴⁰. Em busca de uma orientação “nacionalista”, se propunha a negociar de forma independente com qualquer nação, aí incluídos os países do bloco socialista, desde que trouxesse benefícios para o Brasil e fortalecesse sua posição no cenário internacional. Embora tivesse sido bem recebido por setores da oposição⁹⁴¹, os problemas econômicos enfrentados no plano interno contribuíram para que o programa não fosse suficiente para garantir o apoio ao presidente. Defensor de uma política externa independente, mas crítico permanente do governo, *Última Hora* afirmava que a solução para o problema enfrentado pelo país certamente não dependeria mais de “bilhetinhos moralistas, nem de relação com a URSS, nem de sindicâncias” (UH, 18/08/1961, p. 4).

Motivo de grande polêmica desde sua proposição⁹⁴², esta política se tornou o centro das atenções quando o presidente da República condecorou, com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, o então ministro das relações exteriores de Cuba, Ernesto “Che” Guevara, em virtude de sua rápida passagem pelo Brasil, no dia 19 de agosto de 1961, após ter participado, no Uruguai, da reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA). Neste encontro, sem a assinatura cubana, firmou-se a *Carta de Punta del Este*, documento que lançou definitivamente as bases do projeto da *Aliança para o Progresso*, programa de cooperação econômica para os países da América Latina que já vinha sendo pensado desde 1959, mas que ganhara forma definitiva após a chegada do democrata John F. Kennedy ao governo dos Estados Unidos em 1961⁹⁴³. A entusiasmada recepção de um projeto “revolucionário” que abria espaço para a execução de uma obra de

⁹⁴⁰ Paulo Fagundes Vizentini. Do nacional desenvolvimentismo à política externa independente. In: Jorge Ferreira e Lucília Neves Delgado (Orgs.). op. cit., p. 208. Corroborando este ponto de vista, Renato Petrocchi entende que o projeto de política externa de Jânio Quadros foi utilizado como instrumento de cooptação de uma esquerda nacionalista em uma tentativa de ampliar o esquema de sustentação de seu governo e se desvincular de propostas partidárias. Renato Petrocchi, *Uma variação de conteúdos políticos na Política externa independente*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Relações Internacionais: PUC-Rio, 1995, p. 13.

⁹⁴¹ Neste contexto, os movimentos no sentido de se restabelecer relações diplomáticas com a URSS fizeram com que o presidente recebesse uma mensagem de Luis Carlos Prestes, congratulando-o pela iniciativa. Ver, Anita Leocádia Prestes, op. cit., p. 169.

⁹⁴² A orientação “independente” da política externa nacional gerou protestos anticomunistas em diversos setores que haviam apoiado a candidatura de Jânio, imaginando derrotar, em definitivo, a esquerda e o getulismo. Neste grupo, além da “Banda de Música” udenista, podem ser incluídos neste grupo jornais como a *Tribuna da Imprensa*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, setores ruralistas e militares. Rodrigo Patto Sá Motta. Op. cit., p.233.

⁹⁴³ Cf. Cap. 3. p. 175-176.

desenvolvimento que “mudaria a face da América Latina” (TI, 19-20/08/1961, p. 4) não impediu que *Última Hora* destacasse a atuação da diplomacia brasileira no sentido de se garantir formalmente o direito à livre determinação dos povos, ainda que estes assumissem rumos ideológicos não coincidentes com os “Estados Unidos e as demais nações do hemisfério” (UH, 18/08/1961, p. 4), princípio pelo qual também se fundamentava a cordial recepção ao líder cubano⁹⁴⁴. Este argumento, contudo, não impediu que se multiplicassem as análises da condecoração do líder cubano como mais um passo rumo a uma aproximação “ilegal” e “imoral” com os comunistas.

A revelia de todos, **contra a lei e contra os costumes**, o Sr. Jânio Quadros praticou um ato que não é digno de seus propósitos nem de suas declaradas intenções de moralização... O Sr. Jânio Quadros desrespeitou a lei que criou a ordem do Cruzeiro do Sul, conferindo, por súbito e desautorizado capricho pessoal, a Grã-cruz desta ordem, fora da lei, a um aventureiro internacional... E tinha ele o direito de entregar a mais alta distinção que o Brasil confere aos seus amigos a um pilantra, bêbado de poder, ávido de tirania e de violência? Não, **nem legalmente, nem moralmente o presidente do Brasil podia fazer o que fez**. Sem medir as consequências de seu gesto, ele afrontou o país” (TI, 21/08/1961, p.4, grifo meu).

Para despertar a “consciência do povo” e dos “democratas” para tamanho absurdo, Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, entregou as chaves da cidade a líderes contrarrevolucionários cubanos e chegou, inclusive, a ameaçar renunciar a seu cargo. A partir da citação nota-se que um dos fundamentos do argumento da *Tribuna da Imprensa* estava na ilegalidade da atitude do presidente. Se a Constituição Federal proibia a participação dos comunistas na política brasileira, qualquer política que beneficiasse seus interesses seria também ilegal (TI, 23/08/1961, p. 4.). Além disto, o regulamento da Ordem do Cruzeiro do Sul

⁹⁴⁴ Vale lembrar que naquele momento já se desenhava um alinhamento definitivo entre os revolucionários cubanos e o comunismo soviético. Esta medida se deveu mais às hostilidades norte-americanas, que em abril de 1961 patrocinaram uma tentativa de intervenção militar na ilha sem a devida cobertura legal, do que propriamente uma convergência ideológica. Hector Bruit. *Revoluções na América Latina*. São Paulo: Editora Atual, 1988, p.76. Nesta ocasião, também fundamentada no princípio da não-intervenção e do apoio à luta anticolonialista, a diplomacia brasileira condenou a iniciativa de invasão. Além da defesa destes princípios, o Brasil tentou se apresentar como mediador para que as partes chegassem a um consenso que incorporasse uma defesa coerente da solidariedade interamericana com as regras do direito. Desta forma, ao mesmo tempo em que se colocava em uma posição intermediária entre as grandes potências, garantiria sua posição de liderança internacional entre os países subdesenvolvidos, estratégia articulada desde os primeiros movimentos da política externa de Jânio Quadros. Ver, Helio Franchini Neto, A política externa independente em ação: a Conferência de Punta Del Este de 1962. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 48, n.2. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, dez.2005, p.129-151 e Renato Petrocchi. Op. cit, p.77.

determinava que a comenda só poderia ser entregue a personalidades “dignas do reconhecimento da nação”, algo que não se aplicava a Guevara. Este argumento foi rebatido tanto pelo *Diário de Notícias* quanto pelo *Correio da Manhã*, que, a despeito de considerarem a condecoração uma atitude inoportuna e desnecessária, entendiam que o presidente se mantivera dentro da legalidade constitucional, pois a direção da política externa e a indicação de possíveis agraciados com a comenda nacional eram da alçada exclusiva do presidente⁹⁴⁵. Quanto a este fato, embora reconhecesse que a indicação dos condecorados fosse prerrogativa do presidente, a *Tribuna da Imprensa* insistiu que este deveria se manter nos limites da lei⁹⁴⁶. A despeito de uma possível discussão jurídica sobre a letra da lei, ressalta-se aqui a importância da construção dos argumentos contrários e, se não a favor, tolerantes à condecoração oferecida por Jânio a partir do princípio da legalidade democrática, o que revela o valor cooptação deste argumento.

Voltando à citação da *Tribuna da Imprensa*, é possível perceber que o jornal também considerou o ato de Jânio Quadros como uma ofensa à moral e aos costumes tradicionais do povo brasileiro. Invocando uma noção de democracia também vinculada a valores essenciais da nação, o jornal alertou que o presidente deveria deixar de dar atenção a seus assessores que insistiam em uma política de aproximação à órbita comunista e lembrar-se de suas próprias declarações, nas quais afirmara textualmente que os “comunistas são irrecuperáveis para a democracia” (TI, 22/08/1961, p. 4). Diante disto, as ações do presidente tinham que se submeter aos limites impostos pela vontade democrática do povo que o elegera.

[Jânio Quadros] não pode ignorar que o povo brasileiro é contra o comunismo. Ele sabe que o povo brasileiro abomina a tirania e a hipocrisia. Logo, não pode apoiar a sua política exterior, que pratica a hipocrisia e adula e corteja e lamba as patas dos tiranos... O povo, em sua imensa maioria, é contra a política que consiste em quebrar e comprometer as alianças do Brasil para lançá-lo em nome de uma suposta “independência”, “não conformismo” ou outro eufemismo do gênero, na órbita da Rússia. (TI, 23/08/1961, p. 4)

⁹⁴⁵ Seguindo esta linha, *Última Hora* fez duras críticas à ameaça de renúncia de Lacerda, afirmando que este desejava “pura e simplesmente que o presidente abdique em seu favor, simples governador estadual, o direito que a constituição lhe assegura de dirigir a política externa do país” (UH, 21/08/1961, p. 4)

⁹⁴⁶ Para maiores detalhes sobre o regulamento da Ordem do Cruzeiro do Sul ver: *Regulamento da ordem do Cruzeiro do Sul*. Disponível no sitio do Ministério das Relações Exteriores, <http://www2.mre.gov.br/cerimonial/CruzeirodoSul>

Ao associar o combate ao comunismo aos desejos da maioria do povo, o jornal também invocava um princípio legal natural, vinculado a esta mesma vontade, articulando, assim, o argumento da legalidade a partir de dois eixos. Um positivo, vinculado ao cumprimento integral das normas constitucionais, e outro fundamental, ligado ao desejo soberano do povo. O reforço ao argumento da legalidade se fez ainda mais evidente nos editoriais contrários às críticas da *Tribuna da Imprensa* e do governador Carlos Lacerda. Em seus comentários sobre o episódio, *Última Hora* não se imiscui no debate sobre a aproximação ao comunismo, tampouco discute o valor da política externa do governo. O argumento central de seu editorial ateu-se à atuação do presidente em conformidade com a legalidade democrática. Era justamente esta postura que se vinculava aos desejos da maioria do povo.

No terreno comum da defesa da legalidade, não está só o Sr. Jânio Quadros. A sua volta mantém-se o contingente da maioria do povo brasileiro e os líderes políticos mais responsáveis... Alguém precisa dizer ao Sr. Carlos Lacerda que a nação exige respeito absoluto a constituição e a pessoa do presidente da república, cujas prerrogativas são intocáveis... Verá o Sr. Jânio Quadros que tem o apoio maciço da opinião nacional na sua disposição de defender, a todo custo à ordem democrática (UH, 21/08/1961, p. 4).

A *Tribuna da Imprensa*, por sua vez, não invalida o fundamento deste argumento, mas sim defende a necessidade de se evidenciar ao povo os reais interesses da política externa do governo. Em uma lógica que parece recuperar a linha argumentativa da crise de 1955, defende que a vontade da maioria só pode se manifestar quando esta se conscientiza e se esclarece plenamente da realidade dos fatos, independentemente da propaganda contrária. “Não basta que a maioria do povo pareça estar do lado de uma política para que esta esteja certa. É preciso que o povo tenha acesso à informação necessária, tempo para refletir, líderes capazes de esclarecer e debates realmente esclarecedores” (TI, 23/08/1961, p. 4).

Neste cenário, ainda que longe de ser irrelevante, um anticomunismo “exagerado”, cujo valor definia-se por si só, continuava a encontrar resistências mesmo em órgãos que se assumiam enquanto tal. De acordo com o *Correio da Manhã*, nas grandes cidades brasileiras os comunistas haviam se tornado “um partido acéfalo liderado por um herói aposentado e dividido em três ou quatro facções que se acusam mutuamente de desvio ideológico” (CM, 25/08/1961, p. 6). Desta forma, o perigo real encontrava-se no campo. Daí a necessidade premente

das reformas indispensáveis à alteração de sua realidade, já sinalizadas pelo governo, mas constantemente obstruídas por uma oposição hipócrita que se dirigia “contra a política exterior, mas pretende sufocar no germe a reforma agrária e outras reformas básicas” (CM, 23/08/1961, p. 6). Ao expulsar arbitrariamente os posseiros e impor o trabalho não remunerado e servil, eram os próprios latifundiários que se diziam anticomunistas que realmente fomentavam a sua disseminação⁹⁴⁷. Dos comentários do *Correio da Manhã* é possível apreender que a proposição de um projeto de reformas, frequentemente atribuído apenas ao governo de João Goulart, se constituiu em um elemento a mais nas pressões sofridas pelo governo de Jânio Quadros, que, como se apontou, naquele momento partiam dos mais distintos polos políticos da sociedade brasileira.

Em meio a este cenário, no dia 25 de agosto de 1961, apenas sete meses após assumir a presidência, Jânio Quadros causou grande agitação no país ao renunciar a seu cargo, deixando apenas um pequeno manifesto, no qual afirmava:

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando e denunciando a corrupção, a mentira e a covardia... Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantaram-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração.

Se permanecesse, não manteria a consciência e a serenidade indispensáveis ao exercício de nossa autoridade. Creio, mesmo, não manteria nem a própria paz pública⁹⁴⁸.

Após as naturais manifestações iniciais de espanto, a imprensa voltou-se imediatamente para a questão da sucessão. No dia seguinte à renúncia, a despeito de ainda considerar uma possível volta do presidente como uma solução que “acalmaria a inquietação popular e restabeleceria a tranquilidade de espírito”, o *Diário de Notícias*, já afirmava, diante do irremediável mal causado pela sua saída, “a Constituição não deixa margens para dúvida, ao presidente em caso de vaga, sucede o vice-presidente pelo prazo que resta do mandato... Fora daí, teríamos aberto o caminho da desordem” (DN, 26/08/1961, p. 4). Esta mesma linha foi adotada por *Última Hora*. Intitulado “Respeito à lei”, seu editorial apontava para a necessidade de manutenção da legalidade e da normalidade

⁹⁴⁷ “Os latifundiários que combatem o comunismo, na verdade não são anticomunistas, mas são os grandes aliados do movimento subversivo. É preciso combater com toda energia o comunismo. Para isto é preciso primeiro, eliminar seu mais poderoso aliado, o anticomunismo falso ou cego” (CM, 25/08/1961, p. 6).

⁹⁴⁸ Apud. Flavio Tavares. *1961: o Golpe derrotado. Luzes e sombras do Movimento da Legalidade*. Porto Alegre: L&PM, 2011, p. 13-14.

constitucional. O Brasil tinha uma Constituição votada livremente e aceita pela imensa maioria; somente dentro dela poder-se-ia vencer a crise. Embora, naquele momento, o editorial ainda tratasse o tema com algum cuidado, seus titulares de primeira página não deixavam dúvidas: “Jango hoje em Brasília para assumir o governo. Juracy Magalhães: “Rei morto, rei posto; João Goulart é o novo presidente da República”” (UH, 26/08/1961, p.1). Neste mesmo dia, em uma edição extraordinária de apenas quatro páginas, *Novos Rumos* estampou: “Prestes lança manifesto. Solução para a crise: Jango na presidência”. Em seu texto, após convocar a mobilização do povo brasileiro para se impedir que a “reação golpista” alcançasse seus objetivos criminosos, o líder comunista afirmou que a “única solução constitucional, democrática, de acatamento à vontade popular, é a passagem do governo às mãos do vice presidente da República... **Defendamos a legalidade democrática**, exigindo a passagem imediata do governo ao vice-presidente da República, sr. João Goulart!” (NR, 26/08/1961, p. 1, grifo meu)⁹⁴⁹.

Constitucionalmente, o vice-presidente da República era, de fato, o substituto imediato do presidente. Sendo assim, Jango deveria assumir. Entretanto, para muitos dos que apoiaram a eleição de Jânio, isto representava a volta do “varguismo” ao poder, ou ao menos a entronização de um grupo político com propostas e projetos distintos daquele que se encontrava em posição majoritária no governo. Como Goulart encontrava-se em uma missão diplomática na República Popular da China, o então presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, deveria ocupar o cargo provisoriamente. Diante deste cenário, os ministros militares, pertencentes à chamada ala “cosmopolita” das Forças Armadas e opositores das propostas trabalhistas e nacionalistas, encararam a ausência de Goulart do país como uma oportunidade para impedir sua chegada à presidência⁹⁵⁰. Três dias após a renúncia, uma mensagem do presidente em exercício ao Congresso Nacional não deixou margens de dúvidas quanto à tentativa de veto militar à diplomação de Goulart⁹⁵¹.

⁹⁴⁹ Em suas reportagens, o jornal ressaltou que a mobilização já se iniciara, destacando os protestos populares realizados em frente à embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, a “ocupação” popular da Praça da Sé em São Paulo e o anúncio de um greve geral no estado da Guanabara “contra o golpe e pela democracia”. (NR, 26/08/1961, p. 1 e 4)

⁹⁵⁰ Argelina Cheibub Figueiredo. Op. cit., p. 36.

⁹⁵¹ A mensagem enviada no dia 28 de agosto pelo presidente em exercício ao Congresso Nacional não deixava margem de dúvida quanto à tentativa de golpe. “Os ministros militares, na qualidade de chefes das Forças Armadas responsáveis pela ordem interna, manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao país, do vice-presidente da

A postura adotada pelos ministros gerou inúmeras proclamações de repúdio que afirmavam a sua ilegalidade em diversos setores da sociedade e no Congresso Nacional. Na imprensa, a despeito das dificuldades impostas por uma violenta censura, a repercussão foi intensa⁹⁵². “Está em deliberação à mensagem que pede o impeachment do Sr. João Goulart, transmitida ao Congresso pelo Sr. Ranieri Mazzilli em nome dos chefes militares” (CM, 29/08/1961, p. 6). No Rio Grande do Sul, desde o surgimento dos primeiros boatos sobre o veto militar, o governador Leonel Brizola já organizava a resistência. Em um primeiro momento, seus contatos iniciais com a cúpula militar não foram proveitosos. Em verdade, não havia unidade de pensamento com relação ao impedimento da posse de João Goulart entre os militares. Logo após a renúncia, ainda na noite do dia 25 agosto, o marechal Henrique Lott, já reformado, distribuiu um “Manifesto à Nação”, declarando-se contrário ao veto e convocando uma pronta reação nacional.

Tomei conhecimento, nesta data, da decisão do sr. ministro da Guerra, marechal Odílio Denys... de não permitir que o atual presidente da República, Dr. João Goulart, entre no exercício de suas funções e, ainda, de detê-lo no momento em que pise no território nacional... sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor a Nação. **Dentro desta orientação, conclamo todas as forças vivas da Nação... para tomar posição decisiva e enérgica pelo respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro**, certo, ainda, de que meus nobres

República, João Belchior Marques Goulart”. Apud. ABAKI, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Na imprensa a repercussão foi imediata. “Está em deliberação à mensagem que pede o impeachment do Sr. João Goulart, transmitida ao Congresso pelo Sr. Ranieri Mazzilli em nome dos chefes militares” (CM, 29/08/1961, p. 6).

⁹⁵² Tanto os ministros militares quanto o presidente Mazzili negaram que ordenaram a censura. Entretanto, ela, de fato, ocorreu nos Estados, sob a supervisão de governadores e autoridades partidárias do veto. Assim como descreve Argelina Figueiredo, naqueles dias viveu-se no Brasil um estado de sítio de fato, com invasões de jornais e emissoras de rádio, prisões ilegais e violações de direitos. Op.cit. p.42. No estado da Guanabara a atuação da censura foi particularmente violenta. Sob a alegação de manter a ordem pública e de vigiar o noticiário subversivo, não só os jornais e emissoras de rádio foram censurados, como também manifestações pró-Goulart foram dispersas com violência. Domicílios, sindicatos e entidades estudantis sofreram invasões ilegais e muitos opositores ao veto militar foram presos. Qualquer pessoa que estivesse sem documentos, próximo a aglomerações corria o risco de ser presa para “averiguações” sem qualquer motivo aparente. Os jornais resistiram à censura apelando para sua ilegalidade e denunciaram a responsabilidade não declarada do governador Carlos Lacerda, chegando-se a pedir a sua expulsão do jornalismo à sociedade interamericana de imprensa. Já no dia 26 de agosto, *Última Hora* teve sua redação invadida e, por vários dias, sofreu com o confisco ilegal de suas edições. Com sua redação ocupada pela polícia, *Novos Rumos* ainda enfrentou a prisão de dois de seus jornalistas. Em sua edição do dia 30 de agosto, o *Diário de Notícias* publicou grandes espaços em branco. Em editorial, denunciou a censura ilegal e o abuso de força e de poder. O *Correio da Manhã* também teve tiragens apreendidas e denunciou a presença de um coronel em sua redação tentando agir como censor. Somente a *Tribuna da Imprensa*, partidária do veto, não denunciou a presença da censura em sua redação. Em reportagem do dia 31 de agosto informou ainda que ela foi fruto da confusão e destacou ao seu levantamento como sinal de que os militares primavam pela defesa dos direitos democráticos.

camaradas das Forças Armadas saberão portar-se a altura das tradições legalistas que marcam a sua história nos destinos da Pátria⁹⁵³.

Contudo, no dia seguinte, Lott foi preso por ordem do ministro da Guerra e recolhido à antiga Fortaleza da Laje, no Rio de Janeiro. Diante deste cenário, o governador passou a incentivar a mobilização popular. Encontrando com massivo apoio popular, o chamado “Movimento da Legalidade”⁹⁵⁴ expandiu-se rapidamente e contou com um alistamento civil voluntário e, inclusive, com uma “Radio da legalidade”⁹⁵⁵. Dos estúdios improvisados nos porões do Palácio Piratini se transmitiu permanentemente, para todo o país e para o exterior, em várias línguas, discursos e mensagens de diversas entidades denunciando as ilegalidades cometidas pelos ministros militares e conclamando o povo a se organizar para resistir ao “ataque contra a Constituição e a ordem democrática”⁹⁵⁶.

A adoção da ideia de legalidade não foi casual. Como se tem procurado evidenciar nesta tese, a relevância das discussões em torno da legalidade permeou todo o período democrático, passando pelos debates em torno da cassação do Partido Comunista e pelas discussões em torno da candidatura e posterior posse de

⁹⁵³ A reprodução deste manifesto, grifado por mim, foi publicada em primeira página do jornal *Novos Rumos*, em edição extraordinária de 27/08/1961, p.1. Acima da reprodução do manifesto, os titulares do jornal eram os seguintes: “Lott chama o povo e as forças armadas à luta em defesa da democracia”. A ideia de resistência não foi totalmente construída pelo jornal, pois em entrevista posterior à revista *O Cruzeiro*, o marechal Lott declarou que a atitude dos ministros militares foi revoltante e impatriótica e que “seria preferível o Congresso resistir a tão absurda imposição e ser fechado pela força das armas”. LOTT, Henrique. Apud. Nelson Werneck Sodré. *A História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968, p. 373.

⁹⁵⁴ Quanto a esta expressão, há algumas controvérsias, já que determinados autores fazem menção a “campanha da legalidade”. A nomenclatura aqui utilizada remete ao relato testemunhal de Flavio Tavares, então repórter e editor político da *Última Hora* de Porto Alegre.

⁹⁵⁵ Em um movimento como este, a divulgação se tornava um elemento fundamental. Em um primeiro momento improvisou-se uma redação. Contudo, as tiragens eram limitadas e somente pelo rádio poderia se encontrar repercussão nacional. Como duas das maiores rádios de Porto Alegre – *Gaúcha* e *Farrroupilha* - já haviam sido bloqueadas pela censura, a solução encontrada pelo governo estadual foi a requisição, invasão e utilização dos equipamentos da *Rádio Guaíba*, que então se mantinha em silêncio com relação à política, exibindo intensa programação musical.

⁹⁵⁶ A mobilização no Rio Grande do Sul, de fato, foi intensa. No palácio Piratini montou-se um improvisado quartel general. Por diversos bairros da capital e pelo interior do estado, civis organizaram comitês de “resistência democrática”, que em 12 dias já teriam cerca de 100 mil inscritos. Junto aos comitês, ainda se organizaram batalhões operários e estudantes que se disseminaram entre diversos sindicatos e entidades. Dos Centros de Tradições Gaúchas também vinham muitas manifestações de apoio, além da participação popular que se corporificava na grande concentração que se instalou à frente do Palácio Piratini durante vários dias. De outros estados, o movimento recebeu diversas manifestações de apoio. Perseguida pela censura no Rio de Janeiro, a UNE transferiu a sua sede para Porto Alegre. Vários jornalistas e técnicos rumaram para o sul para ajudar a garantir as transmissões da “Rádio da Legalidade” e muitos também foram os manifestos publicados por personalidades em defesa do movimento e da causa da legalidade. Para um relato detalhado e testemunhal da mobilização em torno do “movimento da legalidade” no Rio Grande do Sul e das operações da rádio da legalidade, ver. Flavio Tavares, op. cit.

Juscelino Kubitschek. Durante o governo de Jânio, o tema já voltara à tona com a polêmica em torno das relações com a “órbita comunista”. Contudo, naquele momento, a “questão da legalidade” efetivamente passava a assumir o primeiro plano dos debates nacionais, fazendo-se presente na maioria das manchetes dos jornais. “Chamas pela legalidade: iluminada a Cinelândia”, “Legalidade leva estudantes às ruas em São Paulo”, “Porto Alegre manda para o ar a “cadeia da legalidade””⁹⁵⁷; “Carvalho Pinto é pela legalidade”, “Governador goiano faz apelo pela legalidade”⁹⁵⁸; “Clamor nacional: Defesa da legalidade”, “Cresce em todo o país o movimento de defesa cerrada pela legalidade”, “Baluarte da legalidade não se rende”, “Greve nacional em marcha para a defesa da lei”⁹⁵⁹.

O argumento da legalidade unificava distintas correntes. Mesmo entre determinados setores que mantinham reservas quanto à personalidade e ao posicionamento político de João Goulart, a defesa da diplomação imediata do vice-presidente no cargo máximo da nação representava a manutenção da legalidade constitucional e a continuidade do regime democrático. O *Diário de Notícias*, adotando uma orientação distinta da assumida durante a crise de 1955, exigia o cumprimento fiel da Constituição para defender a posse daquele que, há seis anos, tentara impedir de assumir⁹⁶⁰. Caso contrário, poder-se-ia ferir de morte o regime democrático. Em editorial intitulado “Dentro da lei” afirmou:

As restrições que possam ser feitas ao vice-presidente da República não devem prevalecer, entretanto, sobre o que determina a Constituição... Legalidade e respeito à Constituição são as palavras de ordem do país, ainda mal refeito da perplexidade em que o deixou a renúncia do Sr. Jânio Quadros, mas suficientemente lúcido para saber, que o que lhe convém é o império da lei e da ordem democrática, estabelecidas. Qualquer solução que daí se afaste, afastar-se-á também dos verdadeiros interesses do Brasil (DI, 29/08/1961, p.4)⁹⁶¹.

⁹⁵⁷ Reportagens de primeira página, *Diário de Notícias*, 29 de agosto de 1961.

⁹⁵⁸ Reportagens de primeira página, *Correio da Manhã*, 29 de agosto de 1961.

⁹⁵⁹ Reportagens de primeira página, *Última Hora*, 26 e 31 de agosto de 1961 e 01 e 02 de setembro de 1961, respectivamente.

⁹⁶⁰ Esta mudança de posição também evidencia um tom, por vezes retórico, da defesa da “democracia”, que certamente também é política, fato que não é desconsiderado nesta Tese.

⁹⁶¹ Seguindo orientação similar, o *Correio da Manhã*, em raro editorial de primeira página, intitulado “Em defesa da legalidade”, publicou a seguinte mensagem a nação: “Conforme a letra da Constituição, o Sr. Mazzilli assumiu interinamente a presidência da República, aguardando-se a chegada do primeiro substituto legal para este ser empossado. É o Sr. João Goulart... Temos sempre manifestado as necessárias reservas quanto à personalidade do novo presidente da República. Mas o fato é que ele agora é o presidente da República... tem que ser empossado, logo que chegar para evitar que o Brasil fique aviltado e rebaixado a condição de terreno baldio, playground de energúmenos e de interessados em tudo menos no Brasil” (CM, 27/08/1961, p. 1.).

Embora reconhecesse o direito e a obrigação dos chefes militares de preservar a ordem, o *Diário de Notícias* entendia que eles deveriam cumprir a Constituição, prestigiando, assim, o que decidiu o povo brasileiro em eleições livres. Sob o pretexto de prevenir a desordem, os militares poderiam conduzir o país à subversão total da ordem social, a bancarrota financeira e até a guerra civil.

A partir de uma perspectiva distinta, a *Tribuna da Imprensa* interpretou que a situação que se apresentava naquele momento não se resumia a uma questão constitucional. Em editorial sugestivamente intitulado “Em defesa da Liberdade”, afirmou que as Forças Armadas deveriam se manter fiéis a sua “tradição de democracia e liberdade” e aos “interesses supremos do Brasil e de seu povo” garantindo assim, que o Brasil seguisse em seu “destino de país livre” (TI, 29/08/1961, p.3). Para o jornal, a mobilização em torno da defesa da legalidade não era mais que um apego excessivo a um mero formalismo, ou mesmo como um pretexto para permitir que o comunismo continuasse a minar o Brasil. “Não há título, nem pretexto, que justifiquem a sovietação do Brasil... a sobrevivência do Brasil como país livre e democrático está acima das querelas demagógicas e dos provocadores profissionais” (TI, 30/08/1961, p. 4). Neste sentido, o momento de crise deveria ser analisado nos termos da defesa da democracia ante a ameaça comunista. “A encruzilhada em que se encontra o Brasil não é a da constitucionalidade ou não da maneira pela qual se fará a sucessão no executivo. É isto sim a da opção entre dois regimes políticos completamente antagônicos” (TI, 30/08/1961, p.4).

Assim como acontecera em 1955, o argumento anticomunista foi mais uma vez levantado pela *Tribuna da Imprensa*, para sustentar um possível ato que não estivesse amparado pela Constituição. Como já começara a apontar, durante a repercussão da condecoração de Ernesto Guevara, sua interpretação se coadunava com uma ideia de legalidade que estaria “acima” da Constituição, vinculada a uma propalada defesa da democracia enquanto valor inerente à sociedade brasileira, ou mesmo a um suposto desejo do povo, essencialmente cristão, que em tese se opunha radicalmente ao comunismo. Entretanto, este entendimento, que confrontava “leis naturais” com “princípios positivos”, parecia não encontrar a sustentação necessária na sociedade. Da mesma forma, embora o perigo comunista fosse uma questão que realmente mobilizava diversos setores da sociedade, as formas de se enfrentar este “inimigo da democracia”, cuja influencia

imaginada e construída eram maiores do que a realidade vivida revelava, se mantinham distintas.

De acordo com o *Diário de Notícias*, não fazia sentido apelar para a influência dos comunistas junto ao vice-presidente. João Goulart ocupara este posto por todo um quinquênio sem que tivesse seu nome questionado pelos militares. Em 1955, quando foi empossado junto com Juscelino Kubitschek, o papel de maior destaque foi desempenhado pelas “forças militares cujo centro era o marechal Odílio Denis, o mesmo chefe militar hoje na posição de ministro da Guerra”. Também era frágil o argumento de que a ação comunista sobre João Goulart se intensificara posteriormente, já que, em 1960, o mesmo fora outra vez candidato, sem sofrer questionamento por parte dos militares. Ao seu lado, como companheiro de chapa, figurava inclusive o marechal Lott, que, na ocasião, era chefe do Exército Nacional⁹⁶². O *Correio da Manhã*, por sua vez, assim como já o fizera ao longo da campanha presidencial de 1960, reforçou que o anticomunismo radical era tão nocivo quanto o comunismo. Segundo o jornal, defender a lei, a Constituição e a normalidade do regime democrático seriam as maiores armas contra o comunismo. Era justamente a isto que simplesmente se resumia a polêmica de então.

Ainda assim, o ambiente político se mantinha bastante tenso, os debates na imprensa se tornaram cada vez mais exacerbados e as discussões em torno da legalidade do veto a Goulart pareciam conduzir a um impasse. Da mesma forma, a mobilização de diversos setores da sociedade em favor de uma ou de outra proposta se radicalizaram de tal forma que os rumores sobre uma possível Guerra Civil se alastravam. Diante deste quadro, os ministros militares ordenaram ao general Machado Lopes, comandante do III Exército, que dissolvesse o “movimento de defesa da legalidade”, cada vez mais organizado no Rio Grande do Sul. Caso fosse necessário, o governador Leonel Brizola deveria ser deposto. Havia o risco, até mesmo, de um ataque armado ao Palácio Piratini, sede do governo gaúcho⁹⁶³. Contudo, após reunir-se com o governador, o comandante,

⁹⁶² O público tem a lembrança da foto em que os dois se abraçavam risonhos diante do público, a qual serviu até de cartaz de propaganda... Se o Sr. João Goulart servia para candidatar-se à vice-presidência na companhia de um chefe militar e se ele foi empossado pelas Forças Armadas no cargo de vice-presidente, está implícito que o seu acesso à presidência não [pode ser obstruído] por parte dessas mesmas forças (DN, 31/08/1961, p. 4).

⁹⁶³ A reprodução da seguinte mensagem, enviada para a sala de comunicações do III Exército no dia 28 de agosto às 09h45min pela faixa de rádio exclusiva que interligava os quartéis, encontra-se

juntamente com todo o seu oficialato, descumpriu as ordens do ministro da Guerra e aliou-se aos resistentes. Neste episódio é importante ressaltar que o general Machado Lopes não tinha qualquer afinidade com Leonel Brizola, chegando, inclusive, em declarações anteriores e posteriores, a externar suas discordâncias com as propostas, com o estilo e com a personalidade do governador. Portanto, a adesão ao movimento de resistência se deu em função da união em torno da ideia de legalidade. Segundo o general, ele e seu comando estavam sensíveis à mobilização popular no Estado e decidiram “não aceitar qualquer solução para a crise, fora dos termos da Constituição”. Vale lembrar que a decisão do III Exército não foi isolada. Desde a divulgação do manifesto do marechal Lott, diversos militares “nacionalistas” e “legalistas” se postaram em defesa da posse. A eles também é possível acrescentar ao menos a simpatia daqueles que entenderam as circunstâncias da prisão do marechal e de outros oficiais que o apoiaram como uma inaceitável quebra dos princípios de hierarquia do Exército⁹⁶⁴.

A partir de então, a movimentação militar se desenvolveu de tal modo que no dia 30 de agosto, quando o ministro da Guerra destituiu o general Lopes do comando do III Exército, substituindo-o pelo general Cordeiro de Farias, o perigo de um conflito armado era real. As agressões entre os dois lados aumentavam e tropas já haviam se deslocado de acordo com as estratégias militares de cada

em um depoimento autobiográfico de Machado Lopes. Em seu texto, nota-se que o comando do Exército invocou o princípio constitucional de exclusividade militar das Forças Armadas para tentar colocar o governador do Rio Grande do Sul fora da lei. Neste sentido, não deixou de apelar para o argumento da legalidade para reprimir um movimento aglutinado, justamente em torno deste princípio. “1. O general Orlando Geisel transmite ao general Machado Lopes, comandante do III Exército, a seguinte ordem do ministro da Guerra: O III Exército deve compelir, imediatamente, o sr. Leonel Brizola a por termo à atividade subversiva que vem desenvolvendo e que se traduz pelo deslocamento e concentração de tropas e outras medidas que competem exclusivamente às Forças Armadas. **O governador colocou-se assim fora da legalidade.** O comandante do III Exército atue com máxima energia e presteza. 2. Faça convergir sobre Porto Alegre toda a tropa do Rio Grande do Sul que julgar conveniente, inclusive a 5ª Divisão de Infantaria, se necessário. 3. Empregue a Aeronáutica, realizando inclusive bombardeio, se necessário... 7. O ministro da Guerra confia em que a tropa do III Exército cumprirá o seu dever.” José Machado Lopes. O III Exército na crise da renúncia de Janio Quadros: um depoimento. Rio de Janeiro: Alhambra, 1980, p. 47, grifo meu. Apud. Paulo Markun e Duda Hamiltton. *1961: Que as armas não falem*. São Paulo: SENAC, 2001, p. 11.

⁹⁶⁴ Acordado durante a madrugada e informado de sua prisão por um oficial de patente inferior, o marechal Lott foi recolhido a uma prisão cujo comandante também era de patente bem inferior à sua. Além de Lott, diversos oficiais foram presos em suas casas e recolhidos ao porão de um navio, o que teria causado indignação em muitos colegas de farda. Nelson Werneck Sodré, op. cit., 372- 377.

lado⁹⁶⁵. Entretanto, naquele momento, começava a se desenhar uma solução negociada para o impasse com a decisiva participação do Congresso Nacional.

Ainda assim, naquele mesmo dia, os três ministros militares assinaram conjuntamente um *Manifesto à Nação* no qual reafirmavam seu veto a Goulart. Foi o primeiro efetivamente direcionado a toda população.

Na presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao chefe da Nação, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas⁹⁶⁶.

Antes mesmo da divulgação deste manifesto, o *Correio da Manhã* já publicara editorial de primeira página em que afirmava que os ministros eram, naquele momento, “a realidade física do país. São eles que agiram, são eles que continuam agindo... Essa ação acabará eliminando todos os poderes civis e entregando a responsabilidade total dos destinos aos chefes militares” (CM, 29/08/1961, p. 1). No dia seguinte, em novo editorial de primeira página intitulado “Ditadura”, acusou os ministros militares de tentar impor uma ditadura militar através de um golpe de Estado (CM, 30/08/1961, p.1). Seguindo a mesma linha, *Última Hora* afirmou que a Constituição não reconhecia o poder militar. Portanto, as Forças Armadas estavam “legalmente subordinadas ao poder civil” e aos limites da lei⁹⁶⁷.

Insistindo em evitar o debate sobre a legalidade constitucional, a *Tribuna da imprensa* tentou caracterizar a crise como uma questão de segurança nacional.

A solução para a gravíssima crise política não constitui um problema de ordem jurídica ou legal. O problema é de natureza política, e a solução só pode ser encontrada em termos políticos, tendo em conta que está em causa a segurança nacional... Nas convulsões políticas, rompem-se naturalmente, os esquemas jurídicos e os quadros legais. Convulsões desta natureza, pondo em risco a paz

⁹⁶⁵ Para maiores detalhes sobre a resistência política e militar no Rio Grande do Sul e sobre o desenrolar da mobilização estratégico-militar naqueles dias, além dos já citados trabalhos de Flavio Tavares e Paulo Markun, ver as análises de Amir Labaki, op.cit., p. 93-99, Argelina Figueiredo, op. cit., p. 40-44, Nelson Werneck Sodré, op.cit., p. 377-381 e Jorge Ferreira. Crises da República: 1954, 1955, 1961. In: Jorge Ferreira e Lucília Neves de Almeida Delgado (org.), op.cit., p. 326-334.

⁹⁶⁶ Manifesto dos Ministros Militares. In: Amir Labaki, op. cit., Anexo III.

⁹⁶⁷ “É preciso mostrar aos comandantes das Forças Armadas que não há poder mais alto que o poder civil, e que este poder civil, por determinação expressa da Constituição Federal, é o próprio poder soberano exercido em nome do povo. As Forças Armadas não são um poder, não são um partido, não são uma facção ideológica – mas apenas, e ainda por imposição constitucional, a garantia do exercício livre, da autoridade, do respeito e da dignidade do poder civil” (UH, 02/09/1961, p. 4)

pública, só ocorrem, precisamente, porque foi rompida a normalidade jurídica, e o sistema legal se revelou impotente para impedi-las ou remedia-las. Cumpre, pois, encontrar para elas, soluções políticas, a que se adaptem os princípios jurídicos e as normas legais, cuja rigidez se atenua a fim de que todo o sistema possa cumprir a finalidade para que existe: a preservação da paz pública e a segurança nacional... É um fenômeno frequente em todos os regimes, e que ocorre quando os fatos se rebelam contra as leis, e superam o sistema legal, em emergências extraordinárias, impondo o seu reajustamento a subversão da normalidade (TI, 02-03/09/1961, p. 4).

A partir da citação, nota-se que o jornal interpreta a Constituição como um instrumento de garantia de um bem maior. Assim, a mesma deveria ser “reajustada” para se enfrentar o comunismo, “inimigo natural” da paz pública.

Para reforçar a ideia de inevitável confronto entre “democracia” e “comunista”, neste mesmo dia exibiu manchetes de primeira página destacando a participação de Luis Carlos Prestes e dos comunistas nas “Brigadas da Brizola” e a interferência de Fidel Castro em favor dos “rebeldes”⁹⁶⁸. Estes ataques foram imediatamente rebatidos pelo *Correio da Manhã*, que negou a participação de Luis Carlos Prestes na mobilização do sul do país e classificou como despropositada e fora de lugar a carta de apoio enviada por Fidel Castro a João Goulart. Ao tentar se imiscuir em assuntos brasileiros, o líder cubano estaria fornecendo “munição aos caluniadores”⁹⁶⁹.

Mais uma vez, o jornal procurou separar o debate acerca do comunismo da crise política então vivida no Brasil, focando-se na questão da legalidade. Independente da participação ou não dos comunistas no movimento no Rio Grande do Sul, *Novos Rumos* também fundamentou seus argumentos na defesa da legalidade democrática. Sem fazer qualquer alusão a uma ação de Luis Carlos Prestes ou mesmo ao partido na mobilização gaúcha, seu editorial de primeira página, assinado por Orlando Bomfim Jr., intitulou-se “Abaixo o grupo golpista: Lutemos pela Constituição”⁹⁷⁰. Em seu texto, Bomfim destacou que o “grupo golpista” rasgara a constituição e implantara uma ditadura em que se desprezavam

⁹⁶⁸ “A ingerência do ditador Fidel Castro, na crise política brasileira... vem caracterizar, de forma ostensiva e iniludível, a configuração comunista dos focos de rebelião e de tumulto que se instalaram no país... É incontestável a marca do Partido Comunista nos acontecimentos que se processam no Rio Grande do Sul... O episódio demonstra a clarividência das Forças Armadas na advertência feita sobre o perigo comunista no Brasil”. (TI, 02-03/09/1961, p. 4)

⁹⁶⁹ “Não temos nada com este mestre-sala de uma escola de rumba. Paredón, no Brasil é material de construção. Que se cale o barbudo quando os homens sérios lutam” (CM, 02/09/1961, p. 6).

⁹⁷⁰ As reportagens de primeira página também não fizeram qualquer menção à participação de Prestes ou dos comunistas no Rio Grande do Sul.

e anulavam os direitos democráticos do povo também com espancamentos, prisões, invasões de sindicatos e domicílios. Por outro lado, exaltou a resistência de diversos setores da nação – forças políticas, jornais, parlamento, governadores, greves de operários - em nome da legalidade democrática e a mobilização de organizações estudantis, operárias, associações camponesas e populares. Por fim, conclama a todos a expandir a luta do sul para todo o país em comitês de luta pela legalidade democrática (NR, 01-07/09/1961, p. 1). A mensagem oficial do partido, não assinada, foi publicada neste mesmo dia em edição extra do jornal. Seguindo a mesma linha, exaltou o caráter abrangente da mobilização popular em defesa da legalidade democrática, que incorporava “amplas camadas da população”, sua expansão para todo o país e reafirmou que a posse de João Goulart era a “única solução legal e democrática para a situação de intranquilidade e desordem em que atiraram criminosamente a nação” (NR, 01/09/1961, p. 1, edição extra).

Os argumentos oriundos de distintas correntes políticas evidenciam que, naquele momento, a fundamentação da defesa da posse de Goulart em princípios constitucionais se associou à própria defesa do regime democrático. Assim, qualquer atitude que não estivesse protegida pela lei perdia sua legitimidade. O poder de cooptação do conceito de legalidade e sua carga significativa se mostraram tão eficazes que nenhum dos lados envolvidos na disputa política se arriscava a sustentar seu ponto de vista sem incorporar esta ideia. Embora, em um momento inicial, os setores contrários à posse de Goulart tivessem apelado para uma legalidade “fundamental” e moral, com o desenrolar dos acontecimentos passaram a transitar pelas duas vias, também buscando associar seu discurso à proteção da legalidade constitucional.

No cumprimento estrito do dever que lhes compete constitucionalmente, as Forças Armadas, diante da crise nacional, advertiram o poder civil a respeito dos perigos que ameaçam o país, tanto a segurança nacional, como o destino das instituições. Não foram e não estão sendo ouvidas. Em lugar de definir-se lúcida e corajosamente pela sobrevivência da democracia, os congressistas preferiram cair na armadilha dos desordeiros (TI, 31/08/61, p. 4).

De acordo com o governador Carlos Lacerda, contumaz defensor do veto a Goulart, toda a confusão presente na cena política brasileira era fruto de interpretações equivocadas do sentido da legalidade. “A tragédia do Brasil é antes de tudo, semântica... Chama-se legalidade, a entrega do poder a um homem

comprometido com os comunistas, que estão legalmente impedidos de participar da vida política do país.” (TI, 07/09/1961, p.1). Embora afirmasse que a ação dos ministros militares se alinhava à vontade suprema da nação, a *Tribuna da Imprensa* tentou enquadrá-la nas normas e deveres constitucionais das Forças Armadas.

Cumpre entender a Constituição... sem perder nunca de vista a finalidade essencial a que ela se destina: garantir a paz social, a ordem e o trabalho, sem os quais não haverá Constituição nem ordem jurídica... Um dos princípios fundamentais da Constituição vigente é o que proscreeve como contrária ao regime por ela instituído a ação dos agentes comunistas... A mesma Constituição, no seu artigo 177, atribui às Forças Armadas, a missão de defender a pátria e de garantir os poderes constitucionais, a lei e a ORDEM (02-03/09/1961, p. 1, maiúsculas do original).

Voltando ao manifesto dos ministros militares e a sua carta inicial, entregue pelo presidente em exercício, nota-se que seu objetivo principal era pressionar o Congresso a aceitar suas determinações. Contudo, o texto do manifesto já abria uma brecha para uma solução negociada da crise, que passava pela mudança do regime político do país⁹⁷¹. Os ministros militares não aceitavam João Goulart na presidência, “em regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao chefe da nação”⁹⁷². Em meio a inúmeras manifestações de repúdio, o Congresso decidiu não se submeter às imposições militares. O relatório posto em votação pela comissão criada para analisar a carta enviada pelos ministros garantia a posse de Goulart independentemente da votação de uma proposta “conciliatória”, que sugeria uma emenda à Constituição para a adoção de um regime parlamentarista. De acordo com os ditames da Constituição, o presidente do Senado deveria iniciar, de imediato, os procedimentos para a realização da cerimônia de posse.

Embora aprovada por ampla maioria - 246 votos a favor e apenas 10 contrários -, para que a emenda não significasse apenas um ato formal sem qualquer efeito prático, era necessário que as partes em conflito aceitassem a proposta. Designado pelo Congresso como emissário para negociar com João Goulart, o pessedista Tancredo Neves foi ao encontro do vice-presidente em

⁹⁷¹ Ver, Argelina Figueiredo. Op. cit., p. 46.

⁹⁷² Manifesto dos Ministros Militares. In: LABAKI, Amir, op. cit., Anexo III.

Montevidéu, sua última escala antes de chegar ao Brasil⁹⁷³. As discussões não foram simples, pois o parlamentarismo reduzia em muito as atribuições constitucionais do presidente. Contudo, diante da gravidade do momento, Goulart se viu forçado a concordar⁹⁷⁴. Entre os militares, as negociações também avançaram. Os ministros estavam cientes de seu isolamento político. Enfrentavam não só a oposição do III Exército, como a resistência de oficiais de menor escalão e de suboficiais. Desde o primeiro momento, o alto comando teve que enfrentar a recusa de oficiais em receber ordens, o que levou a inúmeras prisões e substituições. Muitos sargentos também resistiram às ordens superiores, promovendo até mesmo ações militares⁹⁷⁵. A continuidade deste quadro poderia representar um esfacelamento da hierarquia, elemento dos mais caros à cultura militar. Entre os chamados setores legalistas do Exército, as pressões por uma solução pacífica foram ainda maiores. Embora mantivesse reservas às posições políticas de João Goulart, este grupo discordava da intervenção militar. Para os militares, e também para muitos civis, a solução parlamentarista acabou por se mostrar adequada, já que mantinha os poderes constitucionais de João Goulart, ao mesmo tempo em que reduzia o seu poder real. Em apenas dois dias o Congresso agilizou a discussão e a votação da emenda parlamentarista, promulgada no dia 03 de setembro⁹⁷⁶.

⁹⁷³ Desde a renúncia e a eclosão da crise, João Goulart vinha retardando seu retorno ao Brasil. Sua prisão ao desembarcar no Brasil, tal como anunciaram os ministros militares, poderia se transformar na fagulha para a explosão de um conflito armado. O vice-presidente estava em Cingapura quando soube da renúncia de Quadros. Em seu caminho de volta ao Brasil, realizou uma escala de três dias em Paris para inteirar-se dos acontecimentos. Diante do quadro que se desenhava, resolveu então retornar ao país pelo caminho mais longo, a rota do Pacífico (EUA – Argentina – Uruguai – Brasil). Assim, se ganharia mais tempo para uma solução para a crise. Além disto, por esta rota João Goulart desembarcaria em Porto Alegre, único local onde poderia pisar em solo brasileiro com segurança.

⁹⁷⁴ Segundo Argelina Figueiredo, duas razões centrais teriam motivado João Goulart a aceitar o parlamentarismo: o desejo de evitar a guerra civil e, com isso, o derramamento de sangue, e a vontade de assumir a presidência, mesmo que com poderes reduzidos. Op. cit., p. 45.

⁹⁷⁵ Em um dos diversos episódios narrados por personagens envolvidos no conflito, os sargentos da Aeronáutica teriam impedido a decolagem de aviões que pretendiam sobrevoar o Palácio Piratini, e talvez até bombardeá-lo. “Cerca das 14 horas, os esquadrões a jato, armados com munição e bombas, decidiram decolar, quando foram impedidos pelos sargentos, que tomaram conta do depósito de armas, muniram-se de metralhadoras e assumiram o controle da Base. Eram mais ou menos 200 sargentos. Os oficiais ficaram retidos dentro do prédio, também armados. Mas os sargentos desarmaram os aviões, retirando as bombas”. Leonel Brizola. In: *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro 02/12/1961. Apud. Nelson Werneck Sodré, op.cit., p. 382-383.

⁹⁷⁶ Sobre a postura célere do Congresso, é importante destacar que, já na ocasião da renúncia, a substituição do presidente foi imediata. Se havia alguma pretensão de Jânio Quadros em receber um pedido de reconsideração por parte do Congresso, a mesma não durou mais que duas horas. Da mesma forma, a carta entregue pelo presidente em exercício pedindo o impeachment de Goulart foi apreciada logo no dia 30 de agosto, mesmo dia da divulgação do manifesto dos ministros

Aprovado no Congresso, negociado com João Goulart e com os ministros militares, o novo regime garantia a autonomia do legislativo e, ao mesmo tempo, encontrava uma saída para que os ministros militares alterassem sua posição sem que seus “brios” fossem feridos⁹⁷⁷. Enquanto decisão soberana do Congresso Nacional, a solução parlamentarista, além de evitar o confronto militar, diminuiria os efeitos de uma crise de hierarquia militar. Ao menos aparentemente, os ministros não recuavam por pressões internas, mas sim em prol de um bem maior e em respeito à legalidade constitucional representada pelo Congresso. Ainda assim, a decisão de adotar o parlamentarismo encontrou diversas resistências nos dois lados.

Para a *Tribuna da Imprensa*, o parlamentarismo não impediria que os comunistas continuassem a atuar nos bastidores políticos. Para o jornal, o Congresso decidira, mediante pressão da esquerda e de “inocentes úteis” que insistiam em pautar-se nos “aspectos formais da legalidade da posse do vice-presidente”, atentar para os reais deveres de um democrata, que são defender as instituições, a ordem, a lei e a liberdade, tal como os militares pretendiam fazer. (TI, 04/09/1961, p. 4)⁹⁷⁸. Setores mais radicais das Forças Armadas também ainda se opunham à presença de Goulart na presidência. Dois dias antes da posse, a imprensa repercutiu um plano elaborado por oficiais da FAB para interceptar o voo que conduziria o presidente de Porto Alegre a Brasília⁹⁷⁹. Mesmo após a

militares. Quanto à emenda do parlamentarismo, a medida foi aprovada pela Câmara dos Deputados, em segunda votação ainda na madrugada do dia 02. A emenda contou com 233 votos favoráveis e 55 contrários. No início da noite deste mesmo dia, o Senado Federal também aprovou a emenda que modificava o regime com 48 votos a favor e apenas seis contrários. Para os números da votação, ver, Amir Labaki, op. cit., p. 122.

⁹⁷⁷ “Os chefes militares... terão de levar na devida conta que as armas a eles confiadas pela Nação, para a defesa da sua integridade e das instituições democráticas como de sua soberania, não podem ser postas a serviço da autoflagelação... Render-se ao espírito e a letra da Constituição nunca será um recuo, mas um passo adiante no processo de consolidação do regime democrático” (DN, 01/09/1961, p. 4).

⁹⁷⁸ “A legalidade democrática, nessa base elimina a democracia e prostitui a legalidade de tal modo que o Brasil caminha para a desordem e a desagregação. Quanto mais se afina na superstição de um falso legalismo. Um legalismo no qual o Congresso abusa de seus poderes e não usa os que precisa usar; no qual o presidente governa por decretos e até por circulares, mesmo porque se depender do Congresso não conseguirá dar um passo adiante” (TI, 07/09/1961, p. 4).

⁹⁷⁹ “Golpistas lançam “Operação Mosquito” para aprisionar Jango em pleno vôo!”; “Brasília dá o alarme: FAB rebelada contra regime” (UH, 05/09/1961, p.1). Denunciada à imprensa pelo Senador Auro de Moura Andrade, a ação já era do conhecimento do Brigadeiro Gabriel Grum Moss. Afirmando não poder dar garantias ao voo presidencial, o ministro da Aeronáutica ameaçara abandonar seu cargo. De fato, o risco de um ataque de oficiais rebeldes da FAB e consequente aprisionamento, ou mesmo a derrubada do avião presidencial, era real. A situação só se normalizou quando os ministros militares publicaram uma nota garantindo o desembarque seguro de João Goulart em Brasília e manifestando integral apoio às deliberações do Congresso Nacional.

posse, ocorrida no dia 07 de setembro, os então ex-ministros militares não esconderiam sua insatisfação com os rumos do país⁹⁸⁰.

Em diversos grupos que apoiavam a posse de Goulart, a mudança de regime também gerou insatisfações. De acordo com *Última Hora*,

“houve um absurdo e inaceitável açodamento, por parte do Congresso ao votar em tempo recorde a emenda parlamentarista. É verdade que às costas de cada deputado e senador encostava-se um cano de fuzil... A emenda parlamentarista é na verdade, uma Constituição outorgada por um poder incompetente... Sem a expressa concordância do povo, não poderia o parlamento modificar os termos da Constituição, na parte em que se determina as formas de governo, para abolir o presidencialismo e adotar o parlamentarismo” (UH, 13/09/1961, p. 4.)

Setores mais à esquerda do PTB denunciaram aquilo que seria um “golpe branco”, que, em última instância, tolheria as possibilidades de reformas imediatas, mais facilmente implantadas sob um regime presidencialista. Para Leonel Brizola, a solução se dera mediante coação. Em sua opinião, a resistência pró-Goulart havia adquirido força suficiente para recusar qualquer negociação e impor a posse pura e simples. Vitoriosa, a mobilização popular impulsionaria uma reformulação em um Congresso que ainda representava as oligarquias contrárias às reformas⁹⁸¹. Em Porto Alegre, no seio do “movimento da legalidade”, também houve grande insatisfação. A mobilização se desfez e aqueles que estavam há muitos dias acampados na Praça da Matriz se dispersaram em meio a protestos contra a atitude de Goulart. Para muitos, aceitar o parlamentarismo era capitular da posição em defesa da legalidade. Os comunistas, em seu manifesto do dia primeiro de setembro, já haviam declarado que “conciliar seria capitular”⁹⁸². Ainda assim, o

Para um relato mais detalhado, e com depoimentos e distintas nuances, ver, Paulo Markun e Duda Hamilton. Op. cit., p. 337- 340, Flavio Tavares, op. cit., p. 189 -201 e Helio Silva. 1964: Golpe ou contragolpe? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 144.

⁹⁸⁰ Ao passar seu cargo, o ministro da Marinha, Silvio Heck, afirmou que cumprira o seu dever de defender a pátria, mas que o inimigo continuava a espreitar, pronto para explorar qualquer vacilação. “Eu por mim apenas transfiro o campo de luta” Apud. Amir Labaki, op. cit., p. 132. Já o ministro da Guerra, a despeito ter se reunido com o presidente antes da posse e emitido uma Ordem do dia valorizando a “vitória do bom senso”, teria saído da casa do presidente “mais certo do que nunca de que era preciso começar a trabalhar para derrubar Jango da presidência da República” Depoimento de Rubem Bayma Denys, filho do ex-ministro. Apud. Paulo Markun e Duda Hamilton, op. cit., p. 346.

⁹⁸¹ A postura de Brizola valorizava a participação popular e seu apoio à posse de Goulart. Contudo, é importante destacar que logo após aceitação do parlamentarismo por Goulart, o general Machado Lopes, comandante do braço armado da possível resistência, retirou de imediato seu apoio ao governador em favor de uma “solução pacífica”.

⁹⁸² O manifesto foi publicado com os seguintes titulares: “Os comunistas dirigem-se ao povo: Nenhuma conciliação com o golpismo! Posse imediata ao presidente Goulart!”. Em seu texto, os comunistas pediam a ampliação da mobilização popular através de comícios, manifestações, passeatas e uma maior adesão à greve geral. “Façamos chegar por todos os meios até o Congresso

editorial de primeira página da edição extra de 04 de setembro de *Novos Rumos* estampou: “Posse de Jango é a vitória do povo!”. Ao imaginar que poderiam consumir seu ato criminoso sem maiores dificuldades, os golpistas menosprezaram o “avanço da consciência democrática e patriótica do povo brasileiro”. Uma violenta ação repressiva não impediu que, em poucas horas, o povo saísse às ruas “no maior e mais empolgante movimento de opinião verificado nas últimas décadas em nosso país”. A chamada “solução honrosa” do parlamentarismo fora proposta por setores que temiam que a aplicação imediata e integral da Constituição “levasse a uma influencia maior das forças populares de vanguarda”. De acordo com o jornal, embora a emenda contrariasse e limitasse os desejos do povo e limitasse a derrota dos golpistas, era inapelável. No entanto, a mobilização em defesa da democracia e da legalidade constitucional não poderia ser abandonada⁹⁸³.

A despeito destas resistências, o parlamentarismo satisfaz a grupos que até então pautavam seus argumentos na defesa irrestrita da legalidade constitucional, mas que mantinham ressalvas à atuação de Goulart. Segundo a Constituição, o Congresso Nacional não tinha poderes para modificar o regime político do país, pois não fora eleito para tal. Contudo, para o *Correio da Manhã* se tratava de uma solução de compromisso em favor da ordem e da paz pública, que ganhou respaldo legal devido ao aceite de todos os envolvidos na crise (CM, 12/09/1961, p. 6). Para o *Diário de Notícias*, “a mudança de regime... constitui manifestação de açodamento intempestivo, para o qual só temos qualquer indulgência porque talvez só esta solução pudesse prevenir um mal maior, que seria envolver o país em luta fratricida” (DN, 03/09/1961, p. 4).

Dos editoriais do *Correio da Manhã* e do *Diário de Notícias* nota-se que a aceitação da decisão do Congresso, enquanto “representante máximo da vontade popular”, apontavam para a garantia da continuidade do regime democrático, para a paz pública e para manutenção de determinadas características legais. Contudo,

Nacional nossa exigência de que seja rechaçada a conciliadora emenda parlamentarista”. Ao concluir, clamava pela derrota dos golpistas e pela vitória da democracia. “Abaixo os golpistas a serviço do imperialismo norte-americano! Nenhuma conciliação com o grupo militar fascista! A luta pela vitória da legalidade democrática!” (NR, 01/09/1961, p. 1. edição extra).

⁹⁸³ “Os sinistros conspiradores, sentiam o terreno fugir-lhes aos pés – e se não chegaram a desencadear a guerra civil foi porque tinham a certeza, a partir de certo momento, de que esse caminho os levaria a uma derrota esmagadora e definitiva... Depois de infligir aos golpistas uma esmagadora derrota, o povo brasileiro festeja o seu triunfo, mas não abandona as trincheiras da luta pela constituição, pela democracia e pela independência nacional” (NR, 04/09/61, p. 1, Ed. Extra).

as análises dos jornais ainda pareciam desconsiderar determinados elementos ligados à ideia de democracia que começavam a se mostrar cada vez mais evidentes. Neste capítulo procurou-se apontar para a crescente consolidação e afirmação dos valores democráticos e sua influência na sociedade brasileira ao longo do governo de Kubitschek, evidenciadas nos discursos de valorização da atuação e participação popular durante o pleito de 1960. A centralidade da defesa da legalidade democrática, na crise da renúncia de Jânio Quadros, reforça ainda mais a vitalidade deste argumento junto à sociedade brasileira. Ainda assim, a posição defendida por estes jornais incorporava uma compreensão da participação popular que, em última instância, se limitava a transferir o poder de decisão e de alteração nas estruturas sociais a “seus representantes”, ideia que também parecia se mostrar dominante do debate político das cúpulas partidárias. Contudo, a intensa mobilização popular em prol da posse de João Goulart já apontava para o fortalecimento de uma concepção de democracia que incorporava uma maior inclusão popular no processo político e para uma pauta de demandas sociais que se evidenciava ainda mais, alterando a cena política. As inúmeras dificuldades impostas a sua compreensão parecem estar na base de um comentário de Flavio Tavares, até certo ponto decepcionado com a posição de João Goulart em meio aos acontecimentos, mas que resume bem um novo cenário político que já vinha se desenhando há algum tempo. “Nesse 1961, tudo era diferente e Jango parecia desconhecer o elemento novo e essencial da mobilização popular”⁹⁸⁴. Por outro lado, uma mudança de orientação no entendimento da ideia de legalidade, que admitia que “um compromisso entre as partes envolvidas” desse respaldo legal a uma solução que não estava prevista no texto constitucional, também abria um precedente que, como se verá no capítulo seguinte, contribuiu para a aceitação de um golpe que representou o fim desta experiência democrática brasileira.

⁹⁸⁴ Flavio Tavares, op. cit., p. 182.